



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Seminário	Nº: 1297/12	DATA: 19/09/2012
INÍCIO: 14h18min	TÉRMINO: 18h18min	DURAÇÃO: 04h00min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h00min	PÁGINAS: 72	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU - Embaixador e Diretor da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. JOÃO BRÍGIDO BEZERRA LIMA - Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA. HELDER MUTÉIA - Representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação — FAO no Brasil PAULO GILBERTO FAGUNDES VIZENTINI - Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRS. AFFONSO CELSO DE OURO PRETO - Presidente do Instituto de Estudos Brasil-China — IBRACH. ELIAS KHALIL JABBOUR - Pesquisador da Fundação Maurício Grabois especialista em China. LUCIANA ACIOLY DA SILVA - Diretora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA. LUÍS ANTONIO PAULINO - Professor da UNESP e Diretor do Instituto Confúcio.

SUMÁRIO: Seminário *Política Externa Brasileira: Desafios em um Mundo em Transição*.
Painéis: *O Brasil e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Ascensão da China: Desafios para o Brasil*.

OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa e reaberta. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Houve exibição de imagens.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Boa tarde, senhoras e senhores!

Gostaríamos de agradecer, mais uma vez, a presença de todos vocês.

Nós vamos dar início ao último momento do nosso Seminário, aliás, à última tarde. O Seminário foi aberto, ontem, às 14 horas e 30 minutos, com a fala principal do Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota. A abertura deste Seminário foi um evento muito importante para a Câmara e para o Brasil, contou com a presença de mais de 600 pessoas, que é um público muito bom. Em continuação aos debates de ontem à tarde, houve outro pela manhã, e agora, à tarde. À tarde, nós teremos duas mesas de debate. A última mesa será referente à China: *Ascensão da China: Desafios para o Brasil*, neste momento de crescimento da China.

O nosso painel, neste instante, terá como tema *O Brasil e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*, sobre o papel do Brasil nesse processo.

Convido a Deputada Jaqueline Roriz para coordenar os trabalhos neste período da tarde e organizar a formação da Mesa. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - Senhoras e senhores, Srs. representantes do corpo diplomático aqui presentes, colegas Parlamentares, autoridades do Poder Executivo, profissionais da imprensa, representantes das universidades e centros de estudos, damos início agora aos trabalhos desta tarde, o nosso Seminário de Política Externa Brasileira.

Este painel terá como temática *O Brasil e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*.

Convido para compor a Mesa os seguintes palestrantes: Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (*palmas*); o Sr. Helder Mutéia, representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (*palmas*); o Sr. João Brígido, representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas — IPEA (*palmas*); o Sr. Paulo Vinentini, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (*palmas*); a Profa. Priscila dos Santos, do Centro Universitário de Brasília — UNICEUB, que atuará como relatora deste painel. *(Palmas.)*

Esclareço aos ilustres convidados que cada um disporá de 20 minutos para proferir a sua fala.



Passo a palavra, neste momento, ao Embaixador Fernando José Marroni de Abreu.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU - Obrigado, Deputada Jaqueline Roriz.

Boa tarde a todos!

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer à Comissão de Relações Exteriores o convite para participar deste Seminário, organizado pela Comissão e pelo IPEA.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que a minha experiência em cooperação técnica é relativamente recente. Fui designado Diretor da ABC há 1 mês. Anteriormente, eu era embaixador na Jordânia. Mas acho que já tenho algum conteúdo, alguma substância para conversar sobre cooperação técnica nesta tarde.

O tema de cooperação técnica é um desses temas que pode ser tratado conjuntamente por Power Point. Então, tomei a iniciativa de ilustrar a minha palestra com imagens.

Eu inicio tratando do organograma da ABC, que é simplificado.

Como se pode verificar, a ABC é um órgão subordinado ao Ministério das Relações Exteriores e tem, grosso modo, três grandes coordenações.

A primeira é a Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Multilateral, que, como o nome diz, trata das organizações internacionais, basicamente da cooperação que os demais órgãos da administração pública federal brasileira têm com organismos internacionais. Normalmente — nós vamos ver mais tarde —, os convênios, os atos internacionais com os organismos são tratados por essa Coordenação.

A segunda coordenação é a de Cooperação entre Países em Desenvolvimento, que é um tema mais recente na agenda brasileira, e, basicamente, a Cooperação Sul-Sul, que também veremos em detalhes.

A terceira é a Coordenação Técnica Bilateral, que é a área mais tradicional de cooperação técnica e que iniciou esse tipo de tratamento do assunto. O Brasil recebia cooperação dos países doadores tradicionais, até mudar e ter um perfil mais equilibrado, atualmente.

O próximo tema é a questão do mandato da ABC.



A ABC, por lei, tem a atribuição de coordenar, negociar, aprovar e avaliar a cooperação técnica internacional do Brasil.

Conforme eu mencionei, é um meio de coordenação. Em umas áreas, quando um Ministério, por exemplo, quer desenvolver determinada atividade de cooperação técnica, tem que submetê-la à ABC para receber o apoio necessário na coordenação do tratamento do tema e na negociação do ato em si e, depois, no segmento da cooperação.

Nós também temos a função de coordenar, financiar e implementar as atividades de cooperação técnica que são executadas pelo Governo brasileiro. E, finalmente, identificar, elaborar, aprovar e monitorar os projetos da Cooperação Sul-Sul, que nós vamos tratar com mais detalhes a seguir, e que é nova vertente de cooperação técnica do Brasil em que há maior interesse e maior dinamismo.

A ABC atua basicamente com os objetivos de capacitação e fortalecimento institucional.

Eu gostaria também de definir a ABC, por exclusão, dizendo que a ABC não trata, por exemplo, de assistência humanitária. Esse tema é tratado por outro órgão do Ministério das Relações Exteriores; não trata de cooperação educacional, que também é um tema tratado no Departamento Cultural do Itamaraty; e também não trata de cooperação financeira. As contribuições a organismos internacionais e empréstimos são tratados pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério das Relações Exteriores nas suas áreas de competência.

Conforme mencionei, essas são as grandes áreas de cooperação para o desenvolvimento, e a ABC se ocupa de um segmento específico dessa área de cooperação.

Agora, eu gostaria de tratar de um primeiro segmento na minha apresentação, que é a questão do levantamento que foi feito entre a Casa Civil, a ABC e o IPEA para identificar dados estatísticos de cooperação técnica e definir conceitos e como tratar esses dados.

Eu gostaria também de mencionar que há um grande debate promovido pela OCDE que procura definir modalidades de cooperação, conceitos, evidentemente com os interesses e objetivos da OCDE. E o Brasil, para se posicionar frente a essa iniciativa, precisou, no momento, de ter dados mais pormenorizados da cooperação



internacional. E também foi necessário definir, com precisão, quais eram os segmentos.

Então, esse estudo foi feito por essas instituições, tratando o período de 2005 e 2009, e foi divulgado em 2010. E chegou-se ao resultado de que a cooperação não financeira, portanto, sem tratar de empréstimos, era de 3.2 bilhões de dólares, equivalente a 1.6 bilhão de dólares ao câmbio da época.

Este quadro (*mostra quadro*) apresenta a evolução dos valores gastos, ou utilizados, nos quatro segmentos tradicionais da cooperação não financeira para o desenvolvimento. Então, a cooperação técnica, que é o tema que nos interessa diretamente, tem essa evolução, e os senhores e as senhoras poderão verificar que há 8,5% do total da cooperação; a ajuda humanitária, 5,04%; e a cooperação educacional, 9,95%. E poderão verificar que as contribuições a organizações internacionais ocupam a maior parte desse dado.

Este quadro seguinte é um quadro que eu não vou analisar em detalhe, mas é basicamente para dar uma ordem de valor, para se ter uma ideia dos montantes com os quais as agências de cooperação desses países trabalham. E os senhores poderão verificar que são montantes sensivelmente superiores aos que o Brasil dispõe nesse segmento. E também é importante observar que a ajuda ao desenvolvimento é, com a exceção da Suécia, nos países que estão no quadro, o único... Não, perdão, Suécia e Países Baixos, os dois que superam o 0,7% recomendado para contribuição que os países devem dar ao desenvolvimento.

Gostaria de observar que a Turquia, por exemplo, que é um país que tem um nível de desenvolvimento semelhante ao Brasil, tem uma agência de cooperação autônoma, autárquica, e com um sensível orçamento que dinamiza a sua atuação internacional.

Agora eu gostaria de passar a um tema, que é o mais dinâmico na nossa agenda de cooperação técnica, a cooperação Sul-Sul. A cooperação Sul-Sul, como é um elemento novo, não só na agenda externa brasileira, mas no próprio cenário internacional, tem alguns princípios, na nossa concepção. Nós entendemos que a diplomacia deve ser operada com ações conjuntas baseadas na solidariedade. Esse é o grande princípio que gere a cooperação técnica. Um dos elementos específicos da nossa concepção de cooperação técnica é que nós reagimos, ou as nossas



ações são em resposta às demandas específicas de países em desenvolvimento. Os países, quando têm uma necessidade, devem, oficialmente, submeter o pedido ao Brasil, que examinará a sua capacidade, e, se considerar que tem condições de atuar, envia uma missão de prospecção a esse país, para, conjuntamente com as autoridades locais e os técnicos locais, preparar um projeto específico para aquela demanda, que utilize as capacidades brasileiras e as capacidades locais para desenvolver a instituição interessada local, nacional. Nós, contrariamente a muitos países, não impomos condicionalidades. Nós, quando negociamos o projeto, não estamos pensando em benefícios econômicos, em benefícios financeiros, em benefícios comerciais, eventuais concessões de países em troca da cooperação técnica, o que é o modelo operado por alguns outros países doadores tradicionais e nem tão tradicionais.

Uma última observação que eu gostaria de fazer no nosso modelo específico de Cooperação Sul-Sul é que nós não interferimos nos assuntos domésticos, não há imposição de segmentos específicos que devem ser tratados, de políticas específicas que devem ser adotadas em função da cooperação recebida, por exemplo, maior transparência ou maior governança ou maior atenção a áreas específicas de Direitos Humanos. Então, o nosso modelo opera com esses grandes princípios.

Eu também não vou entrar em detalhes, mas só para os senhores e as senhoras terem uma ideia dos diferentes temas que são tratados na Cooperação Sul-Sul, e evidentemente há uma maior demanda por áreas em que o Brasil tradicionalmente tem maior capacidade e maior conhecimento, que são: agricultura, saúde, educação, meio ambiente, segurança pública e com uma tendência muito crescente para os programas de inclusão social.

Agora, eu passarei brevemente a analisar as principais áreas geográficas que são prioritárias para a nossa Cooperação Sul-Sul. Eu gostaria de mencionar que cerca de 40 milhões de dólares deverão ser empregados nos próximos 3 anos para projetos em cooperação na América do Sul, Central e Caribe, que, como os senhores e senhoras sabem, é uma das áreas prioritárias para a política externa brasileira.



Aqui também uma breve exposição do número de projetos e atividades isoladas desenvolvidas nessa região específica. Eu gostaria de acrescentar que projetos são ações coordenadas, mais envolvidas, mais complexas e que têm um segmento mais prolongado no tempo; e atividades isoladas são normalmente atividades específicas, como o nome diz, desenvolvidas por países com os quais nós ainda não temos um acordo de cooperação, ou o acordo de cooperação foi assinado e ainda não ratificado. Então, como não há essa base para operação, atuamos com atividades isoladas até que possamos cooperar plenamente.

Nós, nessa região, temos cooperação com 31 países diferentes. No total, são 95 países com os quais o Brasil mantém ações de cooperação, sendo que nessa região são 31, repito.

O próximo diagrama dá uma clara evolução da execução orçamentária na área de cooperação técnica. Como os senhores e senhoras poderão verificar, houve um ápice em 2010. Isso foi resultado da grande prioridade que se deu ao desenvolvimento de ações de cooperação técnica, ao grande dinamismo que a Cooperação Sul-Sul teve nesse momento, à abertura de embaixadas em número significativo na África, principalmente, que gerou uma demanda muito grande.

Nesse caso específico, aqui, evidentemente que não é a questão de abertura na África, mas de algumas embaixadas que foram abertas no Caribe e também da multiplicação do número de projetos numa área tradicional de prioridade para a política externa brasileira, que era a América do Sul, Central e Caribe.

Agora, também, nesta *pizza* pode-se ver a distribuição dos temas em que houve cooperação, e que também são basicamente os grandes temas da primeira *pizza*, mas com uma distribuição um pouco diferente. Pode-se ver que nesse caso a formação profissional e educacional, por exemplo, é um pouco superior, mas se repetem os temas de saúde, agricultura e meio ambiente.

Esse diagrama é também para se ter uma ideia do número de projetos e de atividades isoladas por países. Os senhores poderão verificar que há uma boa distribuição seja por países, seja entre projetos e atividades isoladas. Eu gostaria de observar que também nesta área nós temos operação na área de defesa, quer dizer, nós recebemos militares oficiais e suboficiais para serem treinados no Brasil nas



mais diversas áreas com um valor de mais ou menos 1,3 milhão de dólares por ano gastos nesta cooperação.

O outro item é cooperação regional, que é basicamente a cooperação com o CARICOM e com o MERCOSUL, que são projetos mais amplos negociados com as secretarias dessas organizações.

Agora, os três próximos diagramas são uma listagem quase que exaustiva de todas as instituições brasileiras que são executoras de projetos em parceria com a ABC e com os demais órgãos em países dessa região.

Eu gostaria de passar para o continente africano, que também é uma região de prioridade na nossa política externa e que tem, conforme os senhores poderão verificar, 36 milhões de dólares na carteira de projetos para os próximos 3 anos, um valor muito similar ao alocado para cooperação na América Latina.

Esse diagrama não é uma projeção, representa a fotografia atual, quer dizer, há 108 projetos em execução e 35 atividades isoladas na área de Cooperação Sul-Sul com a África. Dos 54 países africanos, 42 são beneficiados pela Cooperação Sul-Sul brasileira.

Esse diagrama lista as atividades e projetos isolados por país e, conforme os senhores poderão verificar, contrariamente à América Latina, não há uma distribuição tão equânime e há uma concentração muito grande de projetos na área de cooperação técnica com países lusófonos, que atende a uma prioridade também da política externa brasileira, que são os países de língua lusófona na África.

O perfil da evolução orçamentária também é semelhante ao observado na América Latina. Os senhores e senhoras poderão verificar que houve um pico em 2010, e depois, em função da decisão do Governo brasileiro de concentrar gastos em áreas específicas e de reduzir o *deficit* público, o Ministério das Relações Exteriores teve o seu orçamento contingenciado assim como o ABC. Então, nós temos hoje um desafio de enfrentar as demandas que são apresentadas quase que cotidianamente à ABC, com os mesmos recursos, e, portanto, teremos que ter muita criatividade — eu vou comentar brevemente esse assunto ao final da minha apresentação.

Aqui, a classificação, também, por cooperação na África por setores. Os senhores poderão verificar que há uma grande concentração, não tão bem



distribuída como na América Latina, em agricultura, saúde, formação profissional e educação.

Finalmente, há a terceira área de Cooperação Técnica Sul-Sul, que abrange a Ásia, a Oceania, o Oriente Médio e a Europa Oriental, para a qual temos 4 milhões e meio de dólares alocados para os próximos 3 anos. É uma área com menor prioridade em relação à América Latina e à África, os senhores verão isso pelo número de atividades e projetos e também pelos recursos alocados, assim como pelos países. E poderão verificar também que a execução orçamentária tem basicamente o perfil das outras, com um grande pico em 2011. Isso se explica porque são projetos executados basicamente no Timor Leste que, juntamente com os países africanos de língua lusófona, tem prioridade na área de cooperação.

Então, nessa *pizza* se vê a distribuição dos temas. Neste diagrama seguinte se vê uma distribuição dos 95 países que são beneficiários da cooperação técnica brasileira. Eu gostaria de sugerir à Comissão de Relações Exteriores, se for possível, que coloque esta apresentação à disposição dos eventuais interessados, para que não precisem tomar nota de tantos dados e tantas informações.

Agora eu gostaria de examinar brevemente outra modalidade de cooperação, que é a cooperação trilateral ou cooperação triangular. Esse tipo de cooperação tem duas modalidades básicas ou submodalidades, se quiserem...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU - Fui avisado de que meu tempo está encerrado. Então, brevemente, eu gostaria de comentar que existe a cooperação triangular, que é uma nova modalidade que estamos desenvolvendo, seja envolvendo países doadores tradicionais juntamente com o Brasil, em benefício de países do Sul, seja organismos internacionais e Brasil, em benefício de outro país, possuindo basicamente essas condições para atuação.

Eu vou passar brevemente — não vou comentar — às apresentações com modelo de cooperação trilateral na América Latina com diferentes países que são doadores tradicionais, como a Itália, a Alemanha e o Japão. Eu gostaria de observar que, com o Japão, nós já temos uma cooperação técnica tradicional. É a histórica, é a mais longa e é a mais proveitosa. Desde os anos 70, o cerrado, por exemplo, com



o projeto PRODECER, foi parcialmente financiado pelo Japão e explica o desenvolvimento desta nova fronteira agrícola que se desenvolveu na região.

Posteriormente, temos também operando até hoje, desde os anos 80, um programa de cooperação técnica que beneficia países da África e da América Latina para treinamento no Brasil, com o apoio do Japão.

Então, rapidamente, eu passaria à cooperação trilateral na África, citando os exemplos de cooperação que temos com a Itália, a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos.

Finalmente, como se candidatar — isso é parte da apresentação que eu já mencionei no começo. Nós reagimos a demandas. Os governos devem apresentar demandas oficiais, pedidos oficiais ao Brasil de cooperação. Não devem ser instituições isoladas. Naquele modelo que eu escrevi no início da minha apresentação, nós reagimos juntamente com as instituições brasileiras.

Conforme eu já mencionei também, para a execução de projetos de cooperação técnica é necessário que haja um acordo básico de cooperação técnica, assinado entre governos e ratificado pelo Congresso. E para atividades isoladas basta haver relações diplomáticas e negociação de um acordo técnico em andamento.

Eu vou me permitir encerrar por aqui. A palestra necessitaria de mais tempo, mas eu acho que a essência do que a ABC faz e a cooperação técnica brasileira já foram tratadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - Agradeço ao Embaixador. Tenho certeza de que V.Exa. poderia discorrer por muito mais tempo, mas vou pedir à assessoria, Deputada Perpétua, que prepare esse material, para que as pessoas que estiverem nos assistindo possam ter acesso a ele.

Antes de dar continuidade, quero parabenizar a Deputada Perpétua pela sensibilidade, pela iniciativa e pela coragem de propor este seminário. Eu me sentei e não falei da sua coragem.

Dando prosseguimento, eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Helder Mutêia, representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a FAO.



O SR. HELDER MUTÉIA - Muito obrigado.

Muito boa tarde a todos.

Eu vou começar por cumprimentar e agradecer a Sra. Deputada Perpétua Almeida o convite que muito honra a FAO.

Quero também cumprimentar os componentes desta Mesa, começando pela Sra. Deputada e Presidenta desta Comissão Jaqueline Roriz; o Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, que acabou de apresentar a sua palestra; o Dr. João Brígido, representante do IPEA; e o Dr. João Vicentini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sempre começo as minhas apresentações repetindo o meu nome e citando a minha nacionalidade.

Meu nome é Helder Mutéia, e eu sou moçambicano. Não estou fazendo publicidade do meu país, mas eu viajo pelo Brasil inteiro dando palestras, conversando, apresentando temas e já me fizeram algumas perguntas que eu gostaria de responder.

Uma vez, no Rio Grande do Sul, perguntaram-me se eu era do Nordeste, pelo meu sotaque (*Risos*). Devido ao meu sotaque ser muito enrolado, perguntavam: “O senhor é do Nordeste?” Eu dizia: “Quase, quase, sou moçambicano.” A outra pergunta era: “É assim mesmo que vocês falam no seu país?” Vou logo dizer: “É assim mesmo que nós falamos. Esse é o nosso sotaque moçambicano.” E eu vou falar devagar para que percebam o meu sotaque enrolado. Para quem iria me fazer essas perguntas, elas já estão respondidas.

Eu estou aqui representando a FAO, que é a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Como vocês sabem, é uma organização das Nações Unidas, então, pertence aos países, e tem um novo Diretor-Geral, que é o Dr. José Graziano, brasileiro, que, no início deste ano, assumiu esse posto. Ele, pessoalmente, pediu-me que passasse algumas mensagens essenciais. Em 20 minutos, eu próprio abdiquei do Power Point. Quando eu utilizo o Power Point, eu me perco, falo sem parar e fico de 3 a 4 horas discursando. Então, preferi abdicar completamente do Power Point. Assim, controlo o meu tempo e não deixo a nossa Presidenta nervosa. Vou falar os 20 minutos que me foram atribuídos, e mais nada.



O Dr. José Graziano, o nosso Diretor-Geral, que é a pessoa que deveria estar aqui — ele vive em Roma —, mandou que eu apresentasse dois enfoques essenciais. O primeiro é o papel da FAO, que muita gente não conhece, de forma sucinta, de forma resumida. O que é a FAO? O que ela faz? Segundo, a missão e a responsabilidade do Brasil no combate à fome e na promoção da agricultura, no contexto internacional.

Poderia abordar um pouco o papel da FAO dentro do Brasil, mas, pela escassez do tempo e menor relevância do tema, eu prefiro abordar esses dois temas que o meu Diretor-Geral me pediu para enfatizar.

Como eu disse, a FAO é uma Organização das Nações Unidas e tem três linhas de intervenção essenciais. A primeira é a eliminação da fome e a má nutrição; a segunda, a eliminação da pobreza, que mais tarde vou tratar com mais detalhe e que é a mãe da fome; depois, a utilização sustentável de recursos naturais. É a abordagem da sustentabilidade.

A FAO, como organização, privilegia parcerias internacionais. Há muitos organismos internacionais. Há muitos organismos das Nações Unidas, mas a FAO opera através de várias parcerias internacionais e locais. E a parceria local que nós temos no Brasil é essencialmente com o Governo, mas também com a sociedade civil e com o setor privado. Para um país como o Brasil, em que há diversidade de atores, é muito importante termos essa perspectiva. Nós trabalhamos com universidades, associações, cooperativas, enfim, com um leque muito vasto de atores dentro no País. E também trabalhamos com uma plataforma fundamental, que é a Cooperação Sul-Sul, a que o Sr. Embaixador acabou de se referir.

A Cooperação Sul-Sul é uma janela de oportunidades para que nós possamos trabalhar. Vamos ver, mais tarde, na minha apresentação, a forma como recomendamos que o Brasil deverá desempenhar esse papel internacional de promover o desenvolvimento, de promover o combate à pobreza e também de promover o combate à fome.

Eu queria começar com um quadro de como nós estamos no mundo hoje com relação à situação da fome e má nutrição.

Temos, hoje, no mundo, cerca de 925 milhões de pessoas que passam fome, quase 1 bilhão de pessoas. E, como no mundo nós somos cerca de 7 bilhões,



significa que uma em cada sete pessoas passa fome no mundo. É uma situação que não dignifica a natureza humana, não dignifica a condição humana.

Há cerca de três meses, nesta mesma sala, tive o privilégio de apresentar uma palestra. Eu dizia que no conforto de Brasília, no conforto de São Paulo, no conforto de Porto Alegre muita gente não tem a dimensão exata do tipo de fome que nós estamos falando. Não estamos falando daquela fome que nós temos antes da hora do almoço ou do café da manhã, em que apetece uma picanha, em que apetece um pão-de-queijo, estamos falando de uma fome que dói e mata. Há gente morrendo de fome. Uma pessoa que morre de fome morre despojada de toda a sua dignidade, vai definhando e perdendo toda a sua dignidade.

Como sabem, a alimentação não é só um direito, é também uma pré-condição da nossa condição humana. Sem uma alimentação adequada, nós não agimos como seres humanos, não raciocinamos como seres humanos, não nos comportamos como seres humanos. Então, é importante que tenhamos essa dimensão. Esse problema tende a se agravar, na medida em que o *boom* demográfico vai nos multiplicando neste planeta. Em 2050, seremos 9 bilhões de pessoas, e esse é o desafio que nós vamos ter nos próximos tempos.

A produção alimentar deve crescer de 2,1 bilhões de toneladas para cerca de 3 bilhões de toneladas. A produção, de modo global, deve crescer em 60%, para satisfazermos essas 9 bilhões de pessoas que nós teremos no planeta. E os ganhos não virão apenas do aumento das áreas de cultivo. Devem vir mais de uma melhor produtividade. O desafio da sustentabilidade é uma equação muito complexa e que requer uma grande responsabilidade, sabendo-se que o mundo, em 2050, será habitado por pessoas que viverão em contexto urbano. Está projetado que 70% da população mundial, em 2050, deverá estar em contexto urbano. Será uma população urbanizada, que tem hábitos alimentares específicos, que tem práticas e padrões de vida totalmente específicos, e é importante que o mundo responda a outros desafios.

Para além do desafio da fome — naturalmente, eu não vou colocar a fome como o único problema que nós temos no mundo, mas é um dos principais problemas —, há outros problemas. Eu me referi a um deles, mas é importante que nós percebamos que é a pobreza. A pobreza, como eu me referi, é a mãe de todos



os males, incluindo a fome. É importante que nós possamos abordar essa problemática.

Só para dar um exemplo: em 2010, nós tivemos a crise da alta de preços de alimentos. Só a crise que nós tivemos, que é um dado macroeconômico, empurrou 70 milhões de pessoas da condição de pobres para a condição de extremamente pobres. E, na condição de extremamente pobres, ocorre aquilo que já eu disse: a fome garantida, a perda da tal dignidade, o risco de vida por falta de alimentação.

Referi-me também que a alta de preços pode causar muitos maus, e tem causado. Temos o desafio das mudanças climáticas. Falei aqui do problema da sustentabilidade, e queria só destacar as emissões dos gases de efeito estufa, particularmente o dióxido de carbono.

Temos também a crise econômica mundial. Europa, Estados Unidos, todo o mundo está mergulhado numa grande crise. Esses são os epicentros da crise, mas a crise afeta todo o mundo.

Temos também a degradação de solos. Cerca de 20% das áreas de cultivo, 30% de floresta e 10% dos pastos estão sujeitos a certa forma de degradação.

Temos a escassez de água.

Em relação à escassez de água, que será talvez um dos temas mais críticos no futuro, eu queria dizer que 2 bilhões de pessoas estão com problemas de escassez de água, com falta de saneamento, que é um problema que tira toda a dignidade da natureza humana.

As preferências de consumo vão mudando. As pessoas consomem mais carne, alimentos processados e legumes. Esses desafios devem também ser encarados.

Temos a globalização do comércio, que é um fenômeno novo. É importante que nós possamos abordá-lo.

Há três semanas, vocês se lembram, saiu na televisão que algumas pessoas estavam enterrando pintinhos vivos. Pouca gente percebeu que tudo estava ligado à crise da produção de cereais nos Estados Unidos e na Rússia. Os caminhões que estavam transportando milho e soja dentro do Brasil, de um Estado a outro, foram interrompidos e mandados para o porto, porque o milho já tinha sido comprado por



empresa nos Estados Unidos, na outra parte do mundo. Portanto, uma mudança num país afeta outros países.

Também quero dizer que a crise alimentar de 2008 foi causada também pela falta de produção do trigo na região da Rússia e redondezas. Estamos num mundo cada vez mais globalizado, e é importante que tenhamos essa ideia. Mas, para o desafio da alimentação, nós temos três elementos essenciais.

O primeiro é a disponibilidade de alimentação. Isso é uma função da produção. É importante que aumentemos a produção de alimentos no mundo. Tem que haver disponibilidade.

O segundo é o acesso. O acesso é uma função dos rendimentos. Se as pessoas não têm rendimentos para adquirir os alimentos, não têm acesso aos alimentos, mesmo que eles estejam disponíveis.

O terceiro é a utilização. Muita gente precisa aprender a fazer uma dieta balanceada, com alimentos energéticos, proteicos, minerais e muito mais. Há pessoas que consomem menos alguns elementos e há outros que consomem em excesso, particularmente alimentos energéticos, o que causa problemas como diabetes, obesidade e outros problemas de saúde. É importante abordar.

Mas nós estamos falando do Brasil. Por que o Brasil? Eu estou caminhando para chegar a essa importância. Qual é o papel do Brasil nesse novo contexto? O Brasil, primeiro, consolidou-se economicamente, digamos, nos últimos 20 anos, ou teve uma aceleração nos últimos 20 anos. O Brasil se consolidou e criou alicerces econômicos muito sólidos. Hoje, é a sexta maior economia no mundo, com todo o mérito, e é importante que tenhamos isso em consideração.

Mas, para nós, o mais importante é que o Brasil fez uma aposta muito concreta na agricultura, no agronegócio, no apoio à agricultura familiar. Só para citar alguns exemplos, a produção de grãos no Brasil, que, em 2010 e 2011, foi de 161 milhões de toneladas, em 2012 vai passar, segundo estimativa, para cerca de 180 milhões de toneladas. Em produção de carnes, são cerca de 25 milhões de toneladas. O Brasil é o maior exportador de carnes no mundo. Não é o maior produtor, é o segundo maior produtor, mas é o maior exportador de carne. Do ponto de vista da agricultura familiar, tem cerca de 4,3 bilhões de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar. Isso é significativo. Cerca de 70% do que



chega ao prato do brasileiro vem da agricultura familiar. E a importância que o Brasil deu à agricultura familiar chama a atenção de todo o mundo, porque o Brasil fez aqui uma revolução através de políticas públicas que promoveram não só a integração e a inclusão da agricultura familiar, que é fundamental, mas também a promoção da agricultura, gerando a disponibilidade.

Apoiar a agricultura familiar, para algumas pessoas que não têm dimensão, é fundamental. Por quê? Porque cerca de 75% das pessoas pobres do mundo são pequenos agricultores. Então, apoiando a agricultura familiar, nós resolvemos dois problemas: primeiro, o problema do aumento da produção, que é importante, mas também da pobreza do próprio agricultor, porque são pessoas pobres, paradoxalmente.

As pessoas que mais passam fome no mundo, se considerarmos as estatísticas, são agricultores, produtores de comida. Mas por quê? Por que não têm acesso a recursos naturais — terra, água; não têm acesso à tecnologia; não têm acesso ao crédito; e não têm acesso ao mercado, produzem e não têm onde vender. E as políticas públicas que o Brasil introduziu servem de escola para muitos contextos no mundo hoje. E é importante — é onde eu estou chegando — a responsabilidade do Brasil de partilhar essa experiência, esse conhecimento, esse saber fazer com outros quadrantes do mundo.

E a particularidade do Brasil é a seguinte: a Finlândia e a Suécia resolveram esse problema. Mas quando? Resolveram-no, talvez, há dois ou três séculos. Já nem sabem como isso se faz, como é que se sai da pobreza extrema. Mas o Brasil está fazendo isso hoje. Como eu disse, são experiências de 10, 15 ou 20 anos.

Hoje, no Brasil, com programas como o Fome Zero e o Brasil sem Miséria, o País tem essas tecnologias sociais, tanto em tecnologia de integração e também dignificantes, porque integram as populações mais pobres. Ele está fazendo isso hoje.

Isso é importante, e daí a responsabilidade do Brasil em partilhar esse conhecimento. E a chave é aquilo que o Embaixador disse: Cooperação Sul-Sul. E no conceito de Cooperação Sul-Sul há muita polêmica. Há quem prefira chamá-la de Cooperação Horizontal, e tudo o mais. Porém, o termo mais bonito é Cooperação Sul/Sul, cooperação entre iguais, e nem sequer tem a ver com o componente



geográfico, porque eu já vi livros que falam de Cooperação Sul-Sul da Turquia, da Rússia, da Índia, da China, de qualquer quadrante. Mas quem quiser fazer uma cooperação entre iguais, com ganhos mútuos, nós chamaremos isso de Cooperação Sul/Sul, e é essa que é importante fazer.

Nós temos muitos fatores coadjuvantes que criam o ambiente propício para essa Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e o resto do mundo, particularmente a África, que está necessitada, o sul da Ásia e a América Latina, que também é uma das prioridades que a ABC apontou. É importante que nós possamos participar.

As realidades sociais são similares — já me referi a isso. Por exemplo, nós temos no Brasil um programa que teve um grande sucesso: o PRODECER, que transformou o Cerrado brasileiro numa das regiões mais produtivas no mundo, não só no Brasil.

O sucesso do programa do Cerrado só tem concorrência com o programa da Tailândia, no qual também fizeram um milagre parecido, embora em contextos um pouco diferenciados.

O que deve ser partilhado? Particularmente a tecnologia, a experiência não só da EMBRAPA.

Eu fui Ministro da Agricultura no meu País e, quando eu cheguei ao Brasil há cerca de 10 ou 15 anos e conheci um pouco a realidade brasileira, eu me apressei em assinar um contrato com a EMBRAPA. Eu não conhecia a realidade brasileira.

Mas o Brasil não é só a EMBRAPA, que faz muito e é importante. É fundamental tê-la aqui, mas há muita pesquisa feita pelas universidades — está aqui um professor nesta Mesa — e pelos institutos privados de pesquisa, e também há transferência de tecnologia feita pelo sistema das EMATERs, que é fundamental. São institutos de transferência de tecnologia.

Então, é importante essa partilha de tecnologia, a experiência da EMBRAPA, e a partilha de experiências do mercado. Também não basta ter tecnologia, se não temos os modelos de produção. Como isso se faz? E a experiência do cooperativismo brasileiro, para mim, encoraja-me muito, encoraja a FAO, e é uma área também que nós gostaríamos de partilhar, haja vista que o Diretor-Geral da FAO designou um brasileiro para Embaixador, porque este ano é o Ano



Internacional de Cooperativas; designou um brasileiro para ser nosso Embaixador, para o Ano Internacional de Cooperativas.

Particularmente, é importante que nós possamos concentrar esforços naquilo que pode ajudar os pequenos agricultores, onde está concentrada a pobreza. Um programa em Moçambique, por exemplo, está para a se aplicar o PRODECER, o Programa do Cerrado, com um programa chamado PRÓ-SAVANA, com o apoio da ABC, com o apoio do Governo brasileiro. Mas precisamos, naturalmente, de ser mais ousados, mais virados para aquilo que é a demanda do Continente Africano, a demanda do Continente Asiático, a demanda dos outros países também da América Latina: uma partilha de conhecimento, uma partilha de sensibilidade e também uma partilha de expectativas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - Muito obrigada, Sr. Helder.

Gostaria de lembrar que até pouco tempo o Brasil era um receptor de cooperação proveniente de acordos multilaterais, de agências bilaterais. Portanto, nós temos uma experiência, uma memória recente, no combate à fome. Eu acredito também que o seu pensamento está na linha correta. Nós temos condições climáticas e geográficas para ajudar o mundo.

Eu gostaria agora de convidar agora o Sr. João Brígido, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA.

O SR. JOÃO BRÍGIDO BEZERRA LIMA - Boa tarde a todos.

Cabe-me, inicialmente, parabenizar a Deputada Perpétua Almeida, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, conjuntamente com o próprio IPEA, organiza e inicia este seminário, depois de 10 anos de intervalo, senão estou enganado. É muito oportuno e creio que estimulante para quem se dedica a essas questões da cooperação internacional.

Cumprimento o Embaixador Fernando Abreu e fico feliz pelo reencontro depois de um tempo em que seguimos rumos diferentes, mas sempre ligados às questões e às prioridades das políticas públicas brasileiras.

Cumprimento também o representante da FAO, o nordestino moçambicano (*risos*) Mutêia, que muito me honra, deixando, de antemão, que a expectativa dos



servidores públicos e brasileiros é de que esse período do nosso Diretor-Geral da FAO seja exitoso e possa mobilizar o apoio e a contribuição de todos os organismos, sejam governamentais ou não.

Há uma esperança muito grande de que a gente saia desses números horríveis e coloque um pouco de dúvidas nos economistas que continuam dizendo que é a economia da escassez, quando ainda se jogam alimentos fora ou se interrompem sistemas de produção. Não tenho nada contra os economistas, mas creio que vivemos uma economia de abundância. É preciso distribuir melhor.

Cumprimento o Prof. Paulo Vicentini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Profa. Priscila Santos, que coordena esta Mesa, e, logicamente, quero incluir a minha Diretora Luciana Acioly. Faço parte do grupo que ela coordena, na Diretoria do IPEA, e faço parte da pesquisa do COBRADI. Estou muito feliz.

Há algumas lições tiradas de quem fala em terceiro lugar: primeiro, fugir do Power Point. Não vou fazer isso, porque posso perder o fio da meada e falar dos números fantásticos da FAO. Também posso tirar proveito.

Tanto o Embaixador quanto o colega da FAO colocaram as referências que me deixam muito à vontade para apresentar o que temos feito nos últimos três anos, que é um levantamento, um conhecimento, da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional.

Os dois pautaram com muita precisão o mundo da ABC e da cooperação técnica. Louvo a apresentação clara e transparente de números e dados que até muito recentemente davam muito trabalho de chegar, Fernando. Há também os números do desafio da fome.

Vou fugir um pouco do Power Point, depois voltarei a ele, lembrando que o Brasil optou por uma política de desenvolvimento com enfoque no combate à pobreza e por uma política de cooperação internacional com base na solidariedade, na diminuição de desigualdade e na discriminação entre pessoas, regiões ou gênero.

Essa afirmação está no primeiro levantamento que publicamos em 2009, feito pelo Presidente Lula. Em seguida, ele caracteriza que essa cooperação é feita por servidores públicos. Essa é outra cara da nossa cooperação. Tudo o que falamos e o esforço enorme que a ABC, o IPEA e todo o setor público fazem é feito com



servidores públicos. E essa é uma oportunidade preciosa para deixar claro que não há fluxo de recursos que são gastos com passagens diárias e equipamentos. Esse é o custo desses números que aparecem.

Não há um financiamento, uma mala, alguma coisa do gênero, um manual de financiamento. Essa é uma diferença brutal que muitas das vezes, não nesse *locus* privilegiado, somos indagados por que o Brasil está destinando recursos para esse tipo de atividade, quando, na verdade, essa é a apropriação de gastos de custeio de manutenção de servidores públicos. Isso nos dá uma característica totalmente diferente das demais cooperações também meritórias.

Feito isso, corro para o meu Power Point, senão me perco.

(Segue-se exibição de imagens.)

Ontem, o Ministro Antônio Patriota, na abertura do seminário, fantástica, com um público que nunca imaginei, chamou a atenção para a forma como o Brasil enxerga o mundo e destacou o esforço do Brasil para preservar e fortalecer a sua identidade nacional e, ao mesmo tempo, participar, tirar proveito e fortalecer-se frente aos desafios e oportunidades do que o representante da FAO chamou de mundo globalizado, do mercado.

Então, estamos nessa corda, como disse o Embaixador. E depois foi apresentado com riqueza de detalhes que o Brasil está em várias frentes. Até quando explicamos que optamos pelo sul-sul, na cooperação técnica, quando buscamos a cooperação científica e tecnológica, necessariamente vamos para o Norte, onde se encontram vários centros de pesquisa avançadas na área da Física, da Medicina ou coisa que os valha.

Essa afirmação do Ministro, destacada em negrito: ***“A identidade nacional que nos leva aos parceiros continentais ou de África”***, é um desafio também de ao mesmo tempo estarmos no cenário como protagonistas em algumas áreas do comércio internacional, tecnologia e outras frentes.

Embora do conhecimento geral, é ilegível até em meu manual esses quadros, mas mesmo assim deixarei disponibilizado para que seja disposto aos senhores. Por que o IPEA está metido nessas coisas? O nosso negócio é conhecimento, já dito aqui várias vezes. Quando o Brasil coopera com a EMBRAPA, com a África, ele leva um trabalho feito no Cerrado e o adapta na Savana. É um saber fazer isso. Ao



mesmo tempo, estimula os modos de produção na África ou do outro lado, quando você vai para a África e leva um trabalho fantástico na área de saúde, doenças falciformes, que são letais na África de fala francesa.

O Brasil tem uma referência internacional. Isso é cooperação internacional. Ou num programa em que se ajuda a identificação de pessoas que sequer têm cédulas de identidade. É um cenário que justifica que esse conhecimento, esse saber que o Brasil acumulou, precisa ser compartilhado.

O IPEA trabalha com políticas públicas, o que nos leva a avaliar que gastos foram feitos pelas políticas públicas que levaram a esses avanços e a essa inter-relação. E nos sinaliza para contribuir para o desenvolvimento brasileiro.

Três perguntas que justificam, embora desnecessárias: quais são esses saberes, esses conhecimentos que o mundo desenvolvido chama de boas práticas, *good practices*? O que o Brasil acumulou? Onde acumulou? Onde elas estão? Quem detém esse conhecimento? Porque temos outra frente. Nós atendemos demandas, como disse o embaixador. O Brasil se posiciona frente a uma solicitação. Onde está esse estoque de conhecimento?

Com esse trabalho que o IPEA iniciou em estreita articulação com a ABC e o MRE, começamos a verificar onde estão e do que se trata. Do que estão falando? Em alguns momentos, é a experiência do Morro do Alemão que está sendo procurada: como se implanta as unidades pacificadoras. Como foi possível fazer isso na questão da segurança pública?

Então, repassando, o IPEA tem esses três desafios.

O conceito de desenvolvimento passeia pelo crescimento, que não vamos discutir aqui. Mas o que estamos buscando? Incremento da produção, crescimento? Enfim, o Brasil tem diferenças regionais e injustiças enormes.

Falava há pouco com a Presidenta da Comissão que há algum tempo eu já comecei a não dizer o tempo, porque pega mal. O IPEA estava no Acre discutindo a inclusão daquele Estado antes do eixo da BR-364. Como tiramos o Acre do isolamento? O Acre é cortado por uma rede de rios transversais na sua malha viária. Como colocar? Como discutir? Como fortalecer equipes locais que venham a elaborar e formular o projeto de interesse dos acreanos? Isso foi feito com uma



dificuldade enorme, com o apoio da FAO/IIC, para desenvolver um projeto cuja manutenção fosse feita pelos locais e não por ilustres visitantes.

Quem é o IPEA? O IPEA dispõe de 528 servidores, 310 de nível superior, 218 de nível intermediário e 265 pesquisadores que nem este que vos fala. Tem concursos que variam entre 2 a 3 anos, mas já com um déficit de quadros enorme.

A diretoria da qual faço parte, de Estudos e Relações, foi criada há 3 anos — não quer dizer que o IPEA trabalha só há 3 anos, mas já há bastante tempo desenvolve estudos na área internacional. Face à demanda e à inter-relação intensa, nos reunimos e criou-se essa diretoria internacional que participa deste seminário, juntamente com alguns colegas que estão aqui, e os saúdo com muita alegria. São parceiros na montagem da COBRADI.

De onde se tira esse fundamento? O trabalho se fundamenta no texto constitucional, no famoso item 9 do art. 4º, que determina a cooperação. Por que o Brasil está fazendo isso? Muitas vezes eu vou no texto constitucional e menciono que nós temos uma determinação de cooperar para o progresso da humanidade, e mais embaixo, no seu parágrafo único, os povos da América Latina, numa comunidade latino-americana de nações.

Vou ainda na Carta das Nações Unidas e mostro no Capítulo I, art. 1º, item 3, que firmamos um acordo de cooperar para resolver problemas internacionais de múltiplos propósitos: social, econômico, humanitário. Esses são os fundamentos da participação brasileira em tantas frentes.

Há um sistema internacional de cooperação — não vou me deter no histórico, o documento vai ficar disponível — que remonta aos idos de 45. Aí começam várias referências de uma época em que surgem programas de fortalecimento, de reconstrução de continente e de resultado de guerras, criação de organismos como a OCDE, cooperação bilateral e agências. Não vou me deter a isso senão me perco num falatório sem fim.

Esse sistema tem atores fundamentais. Tem o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas — ECOSOC, do qual o Brasil participa e ao qual, no seu fórum, nós vinculamos o que fazemos nas avaliações e nos estudos da cooperação. Em seguida, tem o DAC, da OCDE, que há muitos anos, a partir de 1955, faz levantamentos daqueles países que participam do DAC e da OCDE.



O Brasil, com seu corpo diplomático, acompanha, participa dos fóruns de alto nível feitos em Paris, no Acre, mas ao mesmo tempo nós trilhamos outra prática de registro e de avaliação da cooperação e outros atores.

Chego à COBRADI, grupo de pesquisa do IPEA do qual sou integrante. O primeiro levantamento já concluído, divulgado e distribuído, e que foi objeto de referência do Embaixador Fernando Abreu, foi um trabalho feito conjuntamente e que atendia na época a uma demanda da participação brasileira nas reuniões da Organização das Nações Unidas, na abertura dos trabalhos da secretaria, e sempre havia uma omissão de que números poderiam ser apresentados, números críveis da cooperação oferecida, da cooperação brasileira.

Daí desova uma demanda de que o Ministério das Relações Exteriores, na época, com o IPEA pensassem, e aí a ABC foi uma parceira. Fizemos um primeiro trabalho, porque não havia anteriormente acompanhamento e nem análise de gasto. Individualmente, sim, isoladamente, sim, mas algo que possibilitasse a alguém... foi um desafio.

Esses dados existiam na época, eu sou desse início de trabalho, havia certa suspeição de que não conseguiríamos resgatar esses dados. Os dados existiam, os dados estavam, de certa forma, carecendo de melhor tratamento, mas foi possível, não na expressão que queríamos, que era 2003-2009, quanto mais longe do ano da realização mais complicado são o registro e os arquivamentos. Fizemos 2005 e 2009 e conseguimos colocar um número crível. Olha, o número está em volta disso aí. Eles existem, estão distribuídos na Administração Pública Federal.

Fomos identificar esses gastos. De novo um trabalho inédito, metodológico para que não houvesse dupla contagem, para que não rumássemos para o orçamento mandatório, mas não de execução, se não se reproduziria um número fantástico que não foi executado por força das contingências, dos cortes. Isso foi um aprendizado.

Tivemos que mobilizar toda a Administração Pública Federal, e aí a participação da ABC foi insubstituível porque abriu as assessorias internacionais que sobreviveram às reformas do Collor, porque foram quase todas fechadas, e encontramos grupos, assessores, e fomos retomando com esse pessoal um trabalho de garimpo de dados e de registros que não estavam sistematizados.



Foi uma tentação de entrarmos numa competição maluca de que o Brasil de repente era o primeiro do *ranking* mundial de doadores. O Brasil é um parceiro. O Brasil desenvolve, nas palavras que a ABC colocou, uma solidariedade, nós transferimos um saber, um conhecimento, mas em hipótese alguma estamos ranqueados, e não seremos ranqueados como os maiores, não é esse o propósito. Compartilhamos alguns saberes com servidores públicos e custos do Orçamento.

Em 2011 vai haver uma queda enorme no que fizemos porque houve um contingenciamento de gastos com passagem, com diárias e isso reflete, e não há nenhuma interpretação nos gráficos de que tenha havido uma mudança de prioridade na cooperação.

Criação no IPEA de um sistema eletrônico. Tivemos que bolar um sistema de dados. Um País que já vota eletronicamente, faz Imposto de Renda, como fazer isso manualmente como até então? Com o pessoal do quadro do próprio IPEA fizemos um sistema eletrônico de registros que facilita o lançamento de dados, e elaboramos e divulgamos o primeiro relatório com grande pressão do mundo exterior porque o documento foi feito em português. Rapidamente divulgou-se uma versão em inglês. A partir de então já estamos com os outros levantamentos atendendo a isso.

Esse primeiro levantamento está concluído. O segundo levantamento foi em 2010, está com os dados concluídos. Nós elaboramos um banco de dados que está disponibilizado internamente para os pesquisadores do IPEA. Estamos com uma demanda enorme para o mundo externo que passou a acreditar que o Brasil regularmente divulgaria. Com a Lei de Acesso à Informação nós vamos disponibilizar os números que foram apresentados de 2005 e 2009, e os números de 2010 estão todos publicados. Estão todos eles, por exemplo, nos portais desta Casa e do Senado. Com a transparência, qualquer cidadão tem acesso a eles e não há porque não os disponibilizar para o mundo dos pesquisadores e dos estudiosos.

Essas são as principais vertentes do trabalho de que eu estou falando. Foi muito oportuna a explicação de que a ABC trabalha com a cooperação técnica. Esses levantamentos vão desde refugiados... E, aí, foi outro aprendizado: o Brasil tem uma lei de refugiados e uma prática de refúgio. Por exemplo, ontem os noticiários ocupavam-se de tratar da presença de haitianos, que não são refugiados na forma da lei, mas que estão chegando à nossa fronteira em números



impensáveis. De novo, o IPEA se debruçou sobre o refúgio e viu que é necessário caracterizar quem são e qual o perfil desses refugiados que chegam ao Brasil. Descobrimos que na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, há um grande número de angolanos e moçambicanos; em São Paulo, no Braz, mora outra quantidade enorme de africanos; em Brasília, 17 refugiados se distribuem pela periferia.

Então, temos uma regulação com a lei brasileira, que se antecipou no tempo, mas foi pautada pelo entendimento da época da guerra, quando inicialmente, inclusive, só os europeus tinham refugiados. O que eu faço com haitianos que fogem por conta de problemas ambientais? Como tratar ou chamá-los de imigrantes econômicos, levando em conta o perfil deles?

Sem cair no falatório — o que eu aprendi aqui com o meu vizinho—, volto ao tema: refugiados foi outro ponto sobre o qual o IPEA se debruçou. Recentemente assinamos com o Alto Comissariado das Nações Unidas um trabalho a longo prazo. Estivemos no Comitê Nacional para os Refugiados a fim de, junto com os Ministérios que o compõem, fazer uma caracterização do perfil dos refugiados. A partir de agora, os angolanos não são mais refugiados. Quando as Nações Unidas reconheceram que foi concluído o processo de independência, eles deixaram de ser considerados refugiados ao amparo da lei. Porém, são pessoas que há 15 anos vivem, convivem e se adaptaram ao Brasil. Então, o IPEA desenvolveu e incluiu esse tema na sua pauta de pesquisas.

Entre os outros temas está a manutenção da paz no Haiti — e, ontem, o chanceler mencionou a saída, ou o final, ou a desativação das missões —, que tem a ver com o fluxo de haitianos no Brasil. Com os poucos haitianos que tivemos acesso, soubemos que eles vêm, transitam por São Paulo ou estão de passagem para as Guianas, onde há oportunidade de emprego. Porém, o caminho que eles encontram é pela Amazônia, pelos Estados do Acre e do Amazonas, em condições nem sempre satisfatórias.

A cooperação em ciência e tecnologia sinaliza outro mundo. Antes, tratávamos só da parte referente à cooperação técnica.

Terminou meu tempo?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - O senhor tem mais 2 minutos.



O SR. JOÃO BRÍGIDO BEZERRA LIMA - Mais dois longos minutos. Em relação a esse Power Point, a senhora tem toda a razão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - Desculpe-me.

O SR. JOÃO BRÍGIDO BEZERRA LIMA - Não há de quê.

Eu apenas coloquei um ponto para mostrar, afinal de contas, o que se faz. Na promoção e defesa dos direitos humanos, eu coloquei três itens: na Guiné-Bissau, documentação básica, registro civil de nascimento; Cabo Verde, direitos da criança, cidadania, direitos humanos, deficiência, saúde. Nós estamos trabalhando com 30 bancos de leite humano distribuídos pela África. É um trabalho fantástico, uma referência impressionante. HIV/AIDS, o tratamento, as soluções dadas. Na área de dengue, sangue e hemoderivados, eu destaco a doença falciforme. É uma coisa impressionante: no Brasil, o indivíduo chega a 20 anos, 21 anos; na África, aos 5 anos vem a óbito. Isso está inclusive na Agenda Presidencial, acabamos de doar um hospital temático para tratar dessa doença.

O segundo levantamento, o de 2010, está concluído. Aperfeiçoamos um ponto. Os números não explicam o que foi feito, o que está por trás desses números fantásticos. Então, entramos num trabalho de esclarecimento, de entendimento de como isso ocorre. Falamos em fortalecimento institucional e precisamos conversar com quem recebe essa cooperação, qual é o nível de modificação que alcançamos nesse período.

De novo com a ABC, começamos a avaliar a possibilidade de não perguntar à EMBRAPA se o que ela está fazendo está bem, ou ao IPEA em Caracas, mas perguntar a quem recebe essa cooperação que efetiva contribuição temos feito. É nesse sentido que eu venho a este seminário colocar isso como um desafio. Vamos discutir um desenho em que não façamos uma avaliação, não é uma prestação de contas, mas efetivamente onde estamos atuando para reduzir ou para sermos solidários.

Tenho aqui os principais dados do levantamento, que vou saltar, porque não tenho tempo, e vou direto à repercussão deles.

O terceiro levantamento tem execução. Sofremos tanto a ABC quanto o IPEA mudanças na condução. O IPEA, há questão de uma ou duas semanas, trocou a Presidência. Isso repercute nas estruturas, nas diretorias. O Embaixador Fernando



Abreu assumiu a ABC há um mês, e as informações que ele apresentou aqui já sinalizam uma nova linha de ação. Mesmo assim, já estamos com mais da metade do levantamento de 2011 feita. Aguardamos um agendamento na ABC, Fernando, para que possamos nos valer dos dados apresentados aqui.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU - Com prazer.

O SR. JOÃO BRÍGIDO BEZERRA LIMA - E aí, em novembro, poderemos expor de novo. A provocação é: vir a esta Comissão, legitimar o que foi feito com os senhores, discutir com os senhores se isso procede e as repercussões do que tem acontecido. Se não, será o Brígido falando do IPEA.

Nós tivemos nas redes de pesquisa, na grande imprensa brasileira, há 3 meses ou 4 meses, essa expressão: estudos acadêmicos, acadêmicos do exterior pedindo, querendo a continuidade, organismos internacionais, entre eles o próprio DAC da OCDE. A OCDE veio ao Brasil, foi à ABC para discutir esse método, como estamos fazendo isso, como poderíamos adotar soluções. Não tenho nada contra isso, mas eu creio que as nossas soluções são bem domésticas.

Os próximos passos — e encerro os 2 minutos fantásticos, Sra. Presidente. Nós estamos falando do Executivo, do Governo Federal, mas o Legislativo também tem gastos em cooperação, o Judiciário também tem acordos fantásticos de cooperação. Estão fora do levantamento até agora, por uma questão de capacidade de trabalho, mas está na hora de nos aproximarmos e, quem sabe, explorarmos isso. Nos Estados e Municípios é uma coisa impressionante. Para vocês terem uma ideia, em Fortaleza, de 400 a 600 estudantes angolanos têm bolsas de estudo. É interessante saber o que acontece quando eles voltam, o que acontece na Angola, o que estão fazendo, como isso poderia estar associado a outra frente.

Vejamos as organizações não governamentais. Todo o trabalho para refugiados, da Política Nacional para Refugiados, é executado por institutos como a Rede Cáritas, a rede de apoio a refugiados é feita pelas organizações não governamentais. Então, não há como falar só em gasto federal, tenho que dar expressão de como eu chego ao refugiado.

E quanto à institucionalização desse levantamento? Não dá para fazer esse levantamento com tapinha nas costas, no jeitinho brasileiro. Essa é outra provocação para nós: como transformamos isso numa formalidade, num



compromisso de transparência, para prestar contas à sociedade, divulgar para os parceiros internacionais que esse é o registro oficial do que se faz. De novo, digo que este aqui é um lugar privilegiado para discutir questões desse tipo.

A ABC teve a iniciativa, levou à frente a proposta de um decreto presidencial, que foi apreciado pelas nossas consultorias jurídicas e, creio, há de ser retomado. Antes disso, porque essa é uma formalidade jurídica, devemos saber da oportunidade e do interesse de *locus* como este aqui, se esse tipo de trabalho que o IPEA desenvolveu com a ABC e com o setor público federal pode avançar para Estados e Municípios.

Em algumas áreas, senhores, os Estados e Municípios estão à frente do arranjo federal. A Prefeitura de Guarulhos tem muita coisa para dizer sobre refugiados, assim como a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem uma lei estadual para refugiados e um sistema de albergues que é preciso ver.

Não era apenas isso o que eu tinha para falar, mas o tempo só deu para isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - O senhor me desculpe, Dr. João Brígido, mas me foi passado esse tempo.

Gostaria de anunciar a presença dos representantes diplomáticos dos Estados Unidos e da República Popular da China e também de registrar a presença do embaixador de Burkina Faso.

O nosso próximo palestrante é o Dr. Paulo Vizontini, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO GILBERTO FAGUNDES VIZENTINI - Muito boa tarde.

Queria cumprimentar os meus companheiros de Mesa e a Deputada Perpétua Almeida pela organização deste evento. Como foi muito bem lembrado, este encontro sucede outro ocorrido nesta Casa há 10 anos.

Naquela época havia um otimismo, diria sim, no sentido de que entraríamos em uma era nova de política externa. Relendo continuamente aquele material, parece-me que superamos as metas e as expectativas de então e hoje vivemos um problema — e, talvez, seja esse a que o nosso Ministro Patriota se referiu — de identidade. Essa mudança foi muito profunda e não foi suficientemente entendida e absorvida pela sociedade brasileira. Esse é um problema.



Então, eu diria que é uma satisfação estar nesta Casa após 10 anos e ter sido convidado para a repetição daquele evento. E quero dizer que também é um alívio, pois nos últimos anos tenho ficado um pouco preocupado, porque tem havido uma série de eventos — entre aspas — para "discutir", mas eu diria que é muito mais para induzir a política externa brasileira a tomar outra direção.

Há minorias no Brasil bastante barulhentas, apoiadas por fundações e organizações não governamentais estrangeiras, que têm feito um esforço colossal para alterar os rumos da nossa política externa, inclusive países que estão ocupando outros países neste momento, exercendo intervenções, por vezes, sem mandato internacional, vêm nos ensinar como fazer política externa e ensinar que valores devemos adotar.

Acho que isso não é correto, em nome da nossa soberania; e acho que isso não é correto, em nome das nossas realizações. E esta Mesa é particularmente importante para mostrar uma parte dessas realizações.

Os meus antecessores já apresentaram dados técnicos, enfim, e a minha função — até por ter escolhido essa profissão de professor, que não paga muito bem — é poder fazer análise e pensar com um certo grau de liberdade.

Quero aproveitar para fazer uma publicidade. Nós temos pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estamos editando uma revista que é veiculada em português e em inglês no *website* e há uma versão impressa em inglês que se chama "*Austral: Revista Brasileira e Estratégia e Relações Internacionais*", com contribuições do mundo inteiro.

Mas, especificamente, escolhemos pensar e analisar exatamente as políticas externas dos países emergentes e essa nova dimensão da Cooperação Sul-Sul. E por quê? Porque se fala muito disso politicamente, uns a favor, como se fosse uma panaceia que iria resolver todos os problemas a curto prazo, inclusive se opondo a grandes potências e coisas desse tipo; outros são completamente céticos, dizem que somos fadados — como se diria no futebol — a ficar na "segunda divisão", ou seja, o nosso bom lugar seria na "segunda divisão".



E alguns brasileiros acham que não temos condições de estar no BRICS. E ouço coisas do tipo: “*Não podemos estar no BRICS porque somos ocidentais...*”. Quem disse que somos ocidentais?

Acho que, se fizermos um inventário da formação brasileira, vamos ver que não. Eu tenho desde sangue italiano até sangue tupi-guarani. E quem é que vem me dizer que sou ocidental? Ocidental é quem entra em certos países sem precisar de visto. Estes são ocidentais. Nós somos países em desenvolvimento — e é isso o que nos dá identidade e nos dá as credenciais para participar de grupos como o BRICS, como o IBAS e como todos os outros que trazem “gês”, pois parece que a nossa diplomacia encontrou o ponto G, ou seja, as coalisões de geometria variável em vários pontos. Mas não existe um ponto G apenas.

Não confundam a revista de conjuntura *Austral* com um boletim de conjuntura, simplesmente digitem “Austral”, pois escolhemos essa palavra porque em vários idiomas o termo designa a mesma coisa: sul.

A minha fala vai se dirigir um pouco à África, porque soube que meu colega, que queria falar sobre África, ontem não compareceu.

Estou concluindo uma pesquisa sobre a presença do Brasil e da China na África em uma análise comparativa que me trouxe alguns elementos.

Mas a ideia de cooperação internacional no Brasil, no sentido mais amplo, nasceu mais ou menos com a política externa independente. O Presidente Jânio Quadros chegou a ousar pensar em algumas coisas que não chegaram a avançar muito e, na prática, só foram ocorrer quando do Regime Militar.

Mas é interessante calcar que as iniciativas feitas naquela época eram marcadas pelo tipo de economia que tínhamos, que era uma economia de substituição de importações. E isso fazia com que esse tipo de ajuda fosse direcionada — claro, não poderia ser de forma diferente, pois o Brasil era e é um país capitalista em um sistema internacional capitalista — e baseada em uma aproximação generosa para um conjunto de países.

Quem já leu Maquiavel sabe que não se faz política só por generosidade. Alguns dizem que se deve ter cuidado porque a China pensa nos seus interesses. Indago: eles estão errados? Errado está quem não pensa em seus interesses. Então, não podemos imputar, em política, que alguém defenda seus interesses.



Todos têm que defender seus interesses. E quando a gente vai negociar temos que saber isso. E aí temos uma boa negociação.

Então, o Governo brasileiro naquela época, vamos dizer, tinha uma capacidade ociosa interessante porque a injustiça social e a falta de distribuição de renda no Brasil gerou uma capacidade produtiva superior à capacidade de consumo, e foi esse elemento perverso que nos fez ir em busca de outros horizontes.

E acho que nos Governos Geisel, Figueiredo e Sarney essa cooperação ganhou uma força muito expressiva e começou também a ganhar conotações mais profundas de alianças horizontais com potências médias e cooperação mais generalizada com países mais fracos.

Por toda uma conjuntura de mudanças que houve nos anos 90 — e posso estar sendo um pouco crítico demais —, parece-me que a cooperação baixou um pouco o seu escopo para uma espécie de pequena diplomacia de prestígio em uma época que tínhamos a ideia de chegar ao Conselho de Segurança da ONU em uma eventual reforma. Mas não creio que tenha havido um pensamento estratégico; o Brasil não recuou em muito no que já fazia, mas também não avançou muito.

Em 2003, com o Presidente Lula, temos duas fases, a primeira delas a cooperação em uma dimensão diretamente vantajosa ao Brasil. E não vamos dizer que o Brasil vai aos lugares só por bondade, que o brasileiro é bonzinho. Mas é verdade que só fazemos mal a nós mesmos, os outros a gente trata bem. Nós sempre recebemos bem os estrangeiros, até que eles façam alguma coisa que não seja boa. É muito diferente do que ocorre com outros povos, por quem somos sempre recebidos com indiferença até que a gente prove que é bom. No Brasil, não.

Essa é uma característica da nossa cultura, que é mestiça. Não somos multiétnicos coisa alguma, não vivemos em guetos. Aqui as pessoas se misturam, somos os reis da mestiçagem. No Rio Grande do Sul você encontra muita gente loura de olho azul; mas, quando se vai ver o sobrenome, um é alemão, outro é italiano, ou polonês e italiano, ou polonês e alemão, assim por diante.

Então, a ideia era de uma cooperação vantajosa para o Brasil? Sim, porque muitas dessas ações alavancam exportações e investimentos, apoiam empresas brasileiras. E o Brasil tem uma maneira de fazer isso que podemos dizer que, de alguma maneira, por ser até um imperialismo "soft", ou seja, abrem-se caminhos por



mecanismos outros, pois não temos condições de impor nada a qualquer outro país. Essa é uma diferença fundamental, principalmente quando nós lidamos com a África.

Evidentemente, que ela é uma diplomacia de prestígio para o Brasil; evidentemente que ela dá vazão a essa capacidade ociosa a que eu me referi; e evidentemente que ela nos ajuda, ainda que com cifras modestas, a competir com os tipos de ajuda que as grandes potências dão, que, através dos seus mecanismos, das formas, etc., não são, às vezes, tão bem recebidas.

Mas, em um segundo ponto, eu diria que a cooperação também é vantajosa para os receptores. E mais ainda: é um esforço direcionado a um plano estratégico mais amplo de mudança do sistema mundial. Como? Foi dito pelo Embaixador que o Brasil não impõe condições, e os projetos que acontecem são demandados. Essa é uma primeira questão fundamental, embora eu creia que haja aqui alguns projetos, por exemplo, o PEC, Programa de Estudantes-Convênio, que merecem um reajuste. A gente teria que fazer reuniões com esses países e focar melhor, porque, se não, trazemos gente para cá, nós os formamos aqui, e eles vão procurar emprego fora — agora não mais na OCDE, mas, enfim, eles iam trabalhar na Europa ou nos Estados Unidos, com a formação gratuitamente recebida aqui. Isso não é vantajoso para os países deles e nem para nós. Mas talvez esse programa merecesse...

Ele tem outro ponto importante, que ele é uma pedagogia política. Ele traz, de alguma maneira, um alento, um otimismo e contribui, na base da camaradagem, para uma autoestima. O brasileiro nunca chega como o professor que tudo sabe e que vai ensinar para um ignorante, um pobre coitado, que nada sabe. Não. Há uma identidade maior. Isso aí tem um mecanismo de empoderamento para as comunidades que o recebem. E ver uma cara nova, uma mudança, é extremamente importante.

Nas minhas pesquisas sobre a África, eu tenho visto que há uns 15 anos ela começou um processo de ascensão que se deve a elementos internos e externos. E a África é hoje um ponto, um foco estratégico para o mundo, não apenas econômico, mas político. Então, a cooperação feita na África tem um efeito multiplicador também, porque não são necessários tantos recursos para se fazer uma cooperação ali, e para aquelas comunidades isso tem um impacto muito grande.



Isso permite o desenvolvimento dos pequenos países que, coletivamente, se tornam emergentes. Ou seja, nós temos aqueles sistemas de classificação da Goldman Sachs, que diz quem é grande e quem não é, qual é o tamanho do PIB, etc. Mas, às vezes, a gente tem que pensar nos fluxos que existem — e a África tem fluxos muito informais, às vezes —, e a gente não pode falar que há um país emergente numa determinada região, mas a gente pode observar que, coletivamente, essa região começa e emergir. Então, é uma maneira de esses países poderem participar e encontrar uma forma de inserção nova na ordem internacional. Para alguns deles, inclusive, é a própria inserção, porque alguns países têm um número de representações diplomáticas minúsculo no resto do mundo.

Ele traz a inclusão socioeconômica. Está bem. Mas, além de ser um valor humano universal, por assim dizer, o que isso tem de importância do ponto de vista político? Primeiro, ele cria uma nova atitude política, e essa mudanças...

Eu lia livros franceses, por exemplo, para falar da presença chinesa na África, mas esses livros eram de tal agressividade, que eu fiquei inquieto. Fui mais a fundo e descobri que, afinal, o volume de negócios chineses na África não é tão expressivo assim. Mas o que incomoda os franceses, que montaram lá, na época do De Gaulle, uma megaestrutura chamada France-Afrique para manter a hegemonia e o controle do continente africano? É muito simples: para manter esse sistema, que inclusive tem um tipo de cooperação muito viciada, que mexe com o sistema político francês, etc., é necessário que a população não se desenvolva, é necessário que ela viva em determinado patamar de ausência de educação e de cidadania. Assim que eles tiverem uma ascensão social maior, aqueles mecanismos de dominação já não funcionarão mais. E é aí que está o problema. Não é o par de sapatos barato que o chinês leva para lá ou que eles compram na África; é muito mais complexo.

Outro ponto é que cria novos fluxos mundiais. Ou seja, a Índia, a China, o Brasil, a Turquia e outros países estão presentes, formando fluxos novos na economia mundial. Eu estava arrumando a biblioteca e encontrei um atlas econômico mundial de 1970, da Oxford. Era um atlas maravilhoso — não sei se ele ainda é editado — porque ele mostra todos os produtos, onde são produzidos e os



fluxos, com setas de proporção equivalente, para onde iam esses produtos. Não existia, em 1970, nada quase de fluxo sul-sul.

Hoje a gente pega um atlas — os franceses têm alguns bons também — e começa a ver esses fluxos novos que se desenham, e aí a gente entende a importância do Atlântico Sul, a gente entende a importância do Oceano Índico, a gente entende a centralidade da África e vê a formação de novos circuitos dentro da economia mundial. E esses países, para participar, têm que ter um mínimo de qualificação, têm que ter quadros, têm que ter instituições que funcionam, etc. E isso está acontecendo.

Outra questão, que é a inclusão social, transforma e começa a inviabilizar um certo tipo de economia no mundo que eu chamaria de perspectiva neoliberal da globalização. O que estamos vendo é que a globalização avança, mas ela muda de face. Vários países mostraram que é possível usar a globalização muito bem, porque ela é um fenômeno histórico.

Os grupos de extrema esquerda que se dizem contra a globalização não entenderam nada. Não entenderam nada. A globalização é um fenômeno histórico objetivo. Agora, ela depende da ação humana. Não existe uma lei pré-traçada que vá dizer que as coisas vão acontecer de determinada maneira. Por quê? Porque com a cooperação vem também o comércio e outras coisas, e as pessoas começam a entrar... Todo mundo fala que a China tirou 400 milhões da linha da pobreza, que os indianos tiraram cento e tantos milhões da linha da pobreza e introduziram essa gente no consumo, e aí é mais automóvel, mais gasolina, mais alimento. Mas isso também está acontecendo em outros lugares, isso também está acontecendo na África.

O sistema funcionou até hoje de uma maneira piramidal, e talvez o ingresso dessa massa de gente na cidadania através do consumo... Cidadania não é só palavra e voto; cidadania é educação, saúde, emprego, transporte, lazer. Parece que agora os gregos só vão ter 1 dia de folga na semana. Isso é uma regressão, nós temos que ajudá-los...

Então, nós temos que ver que isso impacta sobre a maneira de gerir a economia, e, modestamente, a nossa cooperação ajuda, ela vai na direção certa. Às



vezes não é o esforço e o peso dos recursos colocados, mas a direção da estrada que se segue o que importa.

O capitalismo internacional se baseou sempre em fluxos de capital e mercadorias controlados por um núcleo de potências no centro do sistema, com estados nacionais divididos que só se conectavam entre si através delas, jogando com as tais vantagens comparativas. Mas me parece que isso está acabando. Hoje, a taxa de câmbio de um país pode alterar todo o equilíbrio. Há uma necessidade nova de arranjos multilaterais, de mudanças.

Eu tenho refletido muito sobre por que aconteceu isso. Se pegarmos a literatura, os livros de 1990, e virmos o que se previa que o mundo ia ser... Ele não foi na direção prevista. É interessante a quantidade de livros que a gente tem para botar fora ou, pelo menos, para mostrar, dizer: *“Olhem, isso aqui é aquilo em que vocês acreditavam 10 anos atrás ou 20 anos atrás”*.

O que aconteceu de lá para cá?

É interessante, mas eu acho que essa ideia, essa noção de abertura, de globalização, de lançamento de um novo ciclo tecnológico e de tentativa de realocação do capitalismo para um novo ciclo de crescimento acabou levando à entrada massiva de dois países importantes: um pela própria inserção numa economia de mercado internacionalizada, a China; outro pelo colapso do sistema comunista na União Soviética, que também entrou.

Muito bem. Há recursos naturais, há mais mercados, há capacidade produtiva, etc., etc., mas eu quero chamar a atenção para outra questão: para fazer o sistema avançar, como se queria em 1990, é necessário que os países obedeçam a certas normas. E daí a gente vê toda a luta que há nos organismos multilaterais para seguir determinados regimes, determinadas regras, e é aí que ganha sentido essa ideia, por exemplo, de os BRICS quererem mexer um pouco nessas regras.

Os BRICS não querem confrontar ninguém. Não existe nenhum país que possa ocupar a posição que os Estados Unidos ocupam hoje em dia, e isso não é nem desejável. Acho que nem a China, apesar de toda a campanha que se faz contra o país. Então, vamos dizer assim: fazer negócio na Rússia não é a mesma coisa que fazer negócio na Alemanha; fazer negócio na China não é a mesma coisa que fazer negócio no Japão. De repente, uma parte importante do PIB mundial está



nas mãos de países que têm regras *unusual*, não muito comuns de fazer negócios, porque obedecem às próprias regras internas e impõem as condições do que querem e do que não querem. Parece-me que essa é uma questão, nos dias de hoje, muito importante.

E os países menores não pesam? Parece que nós temos um fascínio só pelo grande: *“Ah, nosso País está na quinta posição!”*, etc. Mas nós temos que ver que, na América Latina, vários países, mesmos os países andinos, de onde só ouvimos falar em problemas, estão avançando. Eles estão avançando. Vemos que o PIB da Colômbia já ultrapassou, por certos indicadores, o da Argentina, e a população também. O dinamismo vai se deslocando para outras regiões. Então, coletivamente, esses países, nem sempre todos muito coesos, emergem na cena internacional de uma forma silenciosa.

Todo mundo está falando dos BRICS, etc. Mas os BRICS não estão flutuando no ar. Eles conseguiram ter, vamos dizer assim, cada um na sua esfera, um grupo de influência que não é obrigatória, mandatória — não existe a capacidade de constranger esses países, mas eles acham um espaço vantajoso de inserção internacional.

Para terminar: cooperação não resolve todos os problemas. Tudo isso é muito positivo, mas não resolve. Eu acho que talvez algum sucesso... Foi mencionada aqui uma coisa importante que é essa cooperação triangular, para fazer com que outros países... Porque nós temos que lançar ideias. Os antigos doadores também adotam posturas novas nessa noção de ter influência sobre determinadas regiões do mundo, e isso é um elemento importante. O problema é que, se nós hoje estamos propondo coisas e tendo ideias, é porque os países que estão em crise e que são os grandes da OCDE não estão conseguindo apresentar ideias novas. O problema não é mais dólares ou menos dólares, mais euros ou menos euros, o problema é que nós não vemos uma ideia nova para sair dessa crise. Isso é o que assusta e é isso o que faz com que, modestamente, mesmo daqui da periferia do mundo, a gente tenha legitimidade para contribuir com esse debate e levar ideias — que não são para derrubar ninguém, mas para salvar todos.

Então, essa cooperação não resolve os problemas, mas coloca a disputa por resolver os problemas em novas bases, e isso depende também de fatores



subjetivos. Quero chamar a atenção para que em muitos lugares se colocou muito dinheiro com pouco resultado. Então, há fatores subjetivos e há também novas condições que têm que ser estudadas. Se são problemas novos, nós temos que encontrar ideias novas. Não adianta tentar repetir velhas fórmulas, comprovadamente fracassadas, para tentar resolver os problemas.

Um debate já previamente focado para que se chegue a uma conclusão não vale uma viagem — principalmente depois dos 50. É melhor ficar em casa lendo, ficar com a família. Se os outros vão repetir tudo igual, então que se fique sabendo pelos jornais o que vão dizer. Agora, precisamos, sim, olhar as novas contradições e entendê-las. Por quê? Porque a realidade está avançando mais rapidamente do que a nossa capacidade de compreensão, e isso pode nos levar a provocar erros na hora de agir, porque a gente não compreendeu a realidade.

Finalmente, o Brasil, onde tantos falam do egoísmo. A ideia do Brasil é a de ascensão coletiva e de um sistema internacional que caminhe para um nível de equalização, democratização e igualdade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - Agradeço ao Prof. Paulo Vizontini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Encontram-se presentes o Deputado Leonardo Gadelha, que fará a coordenação do próximo painel, e o Embaixador da China no Brasil, Sr. Li Jinzhang — não sei se pronunciei o nome corretamente.

O próximo painel é *Ascensão da China: Desafios para o Brasil*.

Mas, antes de o próximo painel começar, gostaria de convidá-los para um *coffee break* de 15 minutos, no nosso auditório.

Obrigada.

(*Pausa prolongada.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Senhoras e Senhores, boa tarde.

Nós vamos dar início agora à última Mesa de debate do seminário *Política Externa Brasileira: Desafios em um Mundo em Transição*. Nós estamos aqui, para quem está chegando agora, desde ontem — a abertura foi às 14h30min, com



exposição do Ministro Patriota sobre a política externa brasileira. Vários ministros, embaixadores, professores universitários e doutores já passaram por aqui.

Gostaria de agradecer muito, mais uma vez, a parceria do IPEA, que está organizando este seminário juntamente com a Câmara dos Deputados, e à Luciana, uma querida companheira e servidora dedicada do IPEA, a organização e a entrega total a este seminário.

Queria também agradecer a presença de todos os senhores e de todas as senhoras, e agradecer às universidades de Brasília, que também fizeram parceria com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Anuncio que em novembro o nosso seminário será sobre defesa nacional. A política de defesa de um país forte, firme e soberano será o tema do seminário sobre defesa nacional.

Estamos também nos organizando para agendar para o final de fevereiro, um pouco antes da troca da Presidência desta Comissão, um *workshop* sobre comércio exterior, que também vai envolver uma parceria com o IPEA, com as nossas universidades, com os institutos, com as empresas, com as confederações e com as embaixadas.

Gostaria mais uma vez de agradecer a presença de todas as embaixadas. Durante todo o nosso Seminário, de ontem para hoje, nós tivemos a presença de 80 embaixadas. Dessas 80, de pelo menos 65 tivemos a presença dos embaixadores e das embaixadoras. É exatamente essa parceria com os nossos parceiros que a Comissão de Relações Exteriores quer manter na Câmara dos Deputados.

Como nós dizíamos ontem aqui, na abertura do Seminário, havia uma demanda reprimida na Casa e na sociedade por um debate acerca da política externa brasileira. O último seminário que a Câmara dos Deputados realizou para discutir esse tema foi há exatos 10 anos, quando o Deputado Aldo Rebelo era o Presidente da nossa Comissão.

Então, agora, a última Mesa do nosso debate, cujo tema é: *Ascensão da China: Desafios para o Brasil*. Quero destacar a presença do Embaixador da China, que veio mais uma vez nos prestigiar. (*Palmas.*)

É claro que também vamos anunciar a presença dos demais Embaixadores.



Eu gostaria de convidar o meu amigo Deputado Leonardo Gadelha para compor a Mesa e coordenar os trabalhos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Muito boa tarde a todos. *Ni men hão*, aos representantes da República da China e aos estudiosos do país cujas análises vão ocupar o restante do nosso seminário a partir de agora.

Quero fazer uma saudação muito especial aos senhores representantes do corpo diplomático, todos que aqui se fazem presentes, aos colegas Parlamentares, às autoridades do Poder Executivo, aos profissionais da imprensa, aos representantes das universidades e centros de estudos, às senhoras e aos senhores.

Sejam todos muito bem-vindos!

Dando sequência aos nossos trabalhos, vamos iniciar agora o segundo painel da tarde, que versa sobre reflexões acerca da ascensão da China e os desafios impostos ao Brasil.

Para tanto, quero dar início à composição da Mesa convidando o Sr. Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto, Presidente do Instituto de Estudos Brasil-China. *(Palmas.)*

Gostaria de convidar a Sra. Luciana Acioly, Diretora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA *(palmas)*, coartífice deste Seminário, idealizadora, junto com a nossa Presidente, Deputada Perpétua Almeida, do encontro destes dois dias.

Gostaria de convidar o Prof. Elias Jabbour, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Especialista em China. *(Palmas.)*

Convido também o Sr. Luís Paulino, professor da Universidade Estadual Paulista e membro do Instituto Confúcio. *(Palmas.)*

E, por fim, gostaria de convidar o também Prof. Creomar Lima Carvalho de Souza, da Universidade Católica de Brasília, que atuará como relator deste painel. *(Palmas.)*

Agradecendo a gentileza da presença de cada um dos palestrantes, eu gostaria de esclarecer aos ilustres convidados que cada um disporá de até 20 minutos para proferir a sua exposição.



Ato contínuo, eu gostaria de passar a palavra ao Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto, Presidente do Instituto de Estudos Brasil-China.

O SR. AFFONSO CELSO DE OURO PRETO - Muito obrigado.

Queria, antes de mais nada, felicitar e agradecer a todos que, no IPEA e nesta Comissão de Relações Exteriores da Câmara, organizaram tão bem este seminário sobre a política exterior de nosso País.

Queria cumprimentar alguns amigos meus presentes. Vejo o Embaixador Li, da República Popular da China, que eu bem conheci quando tive a honra de servir em Pequim. Era um dos meus interlocutores constantes lá, e chegou há pouco tempo no Brasil.

Voltando ao tema, *Ascensão da China: Desafios para o Brasil*, este será um tema difícil de ser abordado com atenção em apenas 20 minutos, porque é um tema gigantesco. Inclusive, haverá gente nesta Mesa que entende mais de ascensão da China do que eu, como o meu amigo Prof. Jabbour. No entanto, vou tentar apresentar, digamos, algumas pinceladas, e tentarei fazer isso pedindo desculpas, porque, ao falar da China, eu obviamente estarei repetindo algo que todo o mundo sabe. Todo mundo sabe que a China cresceu de maneira fantástica nos últimos 40 anos.

A China, após a proclamação da Segunda República, em 1949, fim da guerra civil, deu início ao processo de industrialização, que se acelerou a partir de 1978, mediante uma sábia e pragmática política econômica, que eu não vou tentar descrever aqui, por falta de tempo, mas que expressava um grande pragmatismo, um grande bom senso, uma capacidade de não se levar por dogmas que resultou na abertura comercial da China, na autorização para capitais estrangeiros, em geral associados a capitais nacionais, no estabelecimento de zonas prioritárias de desenvolvimento, num mecanismo de posse da terra mais flexível. Todos esses fatores juntos levaram a China a taxas de desenvolvimento que se aproximaram de 10% ao ano e, às vezes, os ultrapassaram.

Falava-se que a China, antes da proclamação da Segunda República, tinha, na medida em que se pode calcular com algum elemento de precisão, uma indústria cuja dimensão era semelhante ou parecida com a da Bélgica. Quarenta anos depois,



tinha se tornado, simplesmente, como todos vocês sabem, a segunda potência econômica do mundo. Desde 2010.

Trata-se de um sucesso, de um êxito fantástico, um êxito que não tem paralelo na história econômica de nenhum outro país.

Alguns países, como o Japão, tiveram fases bastante longas, às vezes, de expansão econômica, mas não por tanto tempo e nunca alcançando limites tão elevados. Nessa expansão econômica chinesa pouca gente acreditava, poucos estrangeiros acreditavam. Lembro-me de ouvir, nos anos 90, afirmações do tipo: *“No próximo ano, vai quebrar tudo; a expansão chinesa não se mantém. Aliás, ela está baseada em cifras falsas”*.

Não foi bem o que aconteceu. Esses arautos do desastre não acertaram nos seus prognósticos. O desenvolvimento chinês se acentuou, se manteve, alterou o equilíbrio de forças do mundo. Tínhamos, como todos vocês sabem, um mundo onde existia uma potência hegemônica após o fim da Guerra Fria, e temos hoje um mundo onde não há mais uma potência hegemônica. Temos um mundo mais complexo, um mundo em movimento, um mundo, talvez, fascinante.

O enorme progresso chinês hoje passa por — não sei bem que palavra usar — uma readaptação. Diante da crise mundial iniciada em 2008, que não foi resolvida até hoje, a China tende a dar uma atenção maior a seu mercado interno. Tende também a desenvolver uma indústria cada vez mais sofisticada. A indústria chinesa, nos anos 70 e 80, era uma indústria de pequeno valor agregado. Não é mais o caso hoje.

Temos um gigante, um gigante que cresce, talvez, com taxas um pouco menores do que aquelas de poucos anos atrás. Fala-se na cifra de 7,5%. Talvez fiquemos com uma China que se desenvolva a 7,5% ou 8%. Obviamente, é uma cifra que não tem nenhuma relação com aquilo que os países do Primeiro Mundo alcançam hoje. Eles estão em crise ou, na melhor das hipóteses, com o desenvolvimento de 1%, ou até menos. Ou seja, a China continua a ser, a constituir um exemplo assombroso.

Nessa alteração do equilíbrio de forças no mundo seria conveniente lembrar que o crescimento da China não levou ao mundo uma situação semelhante àquela



que existiu durante a Guerra Fria. Não há uma tentativa de exportar uma ideologia; não há uma tentativa de expandir força, áreas de influência.

A China certamente visa a desempenhar um papel de potência regional, o que não é totalmente aceito pelos Estados Unidos, que disputam essa posição. Isso leva, então, não a certa confrontação — também não seria a melhor palavra a dizer —, mas a momentos de frieza nas relações entre os países, sobretudo quando há campanha eleitoral nos Estados Unidos. Aí as relações tendem a piorar do lado americano.

No entanto, há uma cumplicidade entre os dois países — a palavra cumplicidade talvez não seja a melhor —, porque, se os Estados Unidos se julgam prejudicados pelo crescimento chinês, pelas exportações chinesas e pelos superávits chineses no seu comércio bilateral, por outro lado, a China financia, pela compra de *bonds* do Tesouro americano, essa situação.

Portanto, estamos em uma situação curiosa, paradoxal, em que um depende do outro, em que, provavelmente, as relações com arestas mais ou menos profundas continuarão, felizmente, a não levar a qualquer tipo de conflito mais grave.

Eu deveria falar muito rapidamente sobre política externa chinesa. Em frente do Embaixador da China, evidentemente, sinto-me um pouco constrangido. Mas, pedindo a sua autorização, eu me limitaria a dizer, em termos muito simples, que a China visa a consolidar a posição de potência regional que teve no passado, evidentemente.

Seria bom lembrar um fato: no fim do século XVIII e, sobretudo, durante o século XIX, quando surgiram os primeiros contatos com o mundo ocidental, a China representava uma massa crítica, um produto bruto superior à totalidade da Europa daquela época. O que houve no caso da China foi uma sucessão de invasões, de guerras civis e de catástrofes políticas que paralisou e fez o país recuar na sua prosperidade. Quando falamos de desenvolvimento chinês moderno, a rigor temos um retorno àquilo que a China já foi no passado.

Falando de política externa chinesa, que eu já havia começado a mencionar, podemos dizer que a China visa a se consolidar como potência regional. Em que região? Na Ásia Oriental, sua região geográfica natural, onde, no passado, antes das intervenções europeias, a China já desempenhou o papel de potência regional.



A China não pretende desenvolver, criar ou manter o império colonial, não deseja estabelecer Estados satélites, mas deseja que seja lembrado, que seja aceito o fato de que ela é uma potência regional. Ela quer, evidentemente, também manter as suas fronteiras, incluindo Taiwan, o Mar da China e as fronteiras que conhecemos e que não vou aqui enumerar.

Com o resto do mundo, a China mantém relações cordiais. Ela reconhece, nos chamados países emergentes, certos Estados que são países líderes ou que desempenham um papel de peso nas suas respectivas regiões. Isso leva ao grupo dos chamados BRICS, que não constituem uma aliança política, econômica, não constituem uma aliança formal, mas são um fórum em que grandes países emergentes com interesses parecidos, semelhantes, trocam ideias e podem estabelecer linhas de conduta semelhantes nas organizações internacionais, não sempre, mas frequentemente.

Com o resto do mundo, inclusive com os BRICS, a China se preocupa com a necessidade de adquirir *commodities*, produtos de base. Ela pode aproveitar apenas 9% do seu solo para a agricultura. O resto são desertos, ou então foi engolido pelo desenvolvimento urbano ou por grandes obras públicas.

A China está, de certa maneira, condenada a importantes importações de produtos agrícolas para poder alimentar a sua população de 1,3 bilhão, cujo consumo, evidentemente, aumenta com o nível de vida, que aumenta. Por outro lado, o desenvolvimento fantástico da sua indústria exige também minérios e metais.

Vamos tentar falar do Brasil.

Eu começaria assinalando certos pontos negativos. Infelizmente, ainda existe no Brasil, certamente não nesta sala, mas, na opinião brasileira, um grande desconhecimento da China que às vezes beira o preconceito.

O Brasil, sobretudo suas elites, não se acostumou com a ideia de que os eixos de poder do mundo, tanto político quanto econômico, se deslocaram, de que o centro do mundo não está mais no Atlântico, mas se transfere para o Pacífico. Essas elites brasileiras têm dificuldades de admitir isso e de conhecer esse mundo em movimento, que muda muito rapidamente.



Certos atos de agentes da sociedade civil brasileira se esforçam para atender a esse déficit de conhecimento — um deles é o Instituto Brasil-China, do qual tenho a honra de participar —, para divulgar e aproximar este gigante, a China, do Brasil.

Mas, na política exterior brasileira, sempre o Brasil vê, frente à China, dois aspectos diferentes: uma ala da sua economia se julga prejudicada pela concorrência, pois a define como desleal, declarando que aquele país, graças a salários baixos e a uma política monetária, exporta para o mercado brasileiro de maneira desleal, prejudicando amplos setores da indústria brasileira. Outro setor da economia brasileira exporta, por exemplo, *commodities*, soja, minério de ferro e outros produtos e se beneficia de maneira extraordinária desse bom relacionamento entre Brasil e China, que constituiu um dos motores do desenvolvimento econômico brasileiro e permitiu que o Produto Nacional Bruto brasileiro crescesse, sensivelmente, nesses últimos 10 ou 15 anos.

Então, o que deve fazer o Brasil para defender seus interesses? Do ponto de vista ideológico, repito, mais uma vez, não há problema algum e tampouco há qualquer contencioso político entre os dois países. Pode surgir problema na área comercial, em que, é bom lembrar, o Brasil desfruta de um superávit. Apesar das acusações de uma ala da indústria brasileira, da sociedade brasileira como um todo, essa área é superavitária frente à China, pois exporta mais do que importa.

A sociedade brasileira poderia adotar três atitudes possíveis: uma delas seria estabelecer barreiras aduaneiras totais, gerais, para dificultar, impedir esse comércio. Haveria problemas institucionais, porque esses atos teriam que ser referendados pelo MERCOSUL. A segunda opção seria o contrário: o *laissez-faire*, abrir as portas, nenhuma barreira, comércio livre etc. A terceira seria tentar definir uma estratégia brasileira frente à China; aceitar que, em certas áreas — não há a menor dúvida —, a China exportará, porque produz em melhores condições, com uma qualidade melhor. Por isso, não se poderá estabelecer barreiras para a totalidade da atividade econômica. Tentar negociar, talvez, mecanismos de cotas, como já aconteceu com outros países. Ainda nessa opção de estratégia, tentar encorajar e desenvolver setores competitivos da indústria brasileira. Um deles — pensa-se logo nele — é o setor aeronáutico, em que o Brasil exporta para a China. Poderia haver outros também.



É bom lembrar igualmente que, se uma parcela da indústria brasileira não é competitiva, isso se explica por um fenômeno que nós, brasileiros, não gostamos muito de mencionar: é o famoso custo/Brasil. Essa dificuldade de exportar produtos manufaturados não se expressa só em relação à China, mas também em relação a outros países.

Essa terceira opção de tentar definir uma estratégia parece ser a única possível para o Brasil, pois atenderia aos interesses da China e aos nossos, e nos permitiria estabelecer e consolidar relações estreitas, cordiais e boas com um grande país, que nós, infelizmente, ignoramos por muito tempo, e hoje temos que reconhecer, tornar amigos e agir com frequência nas agências internacionais, seja na OMC, no G20 e em outros, enfim, na família das Nações Unidas, onde tanto a China quanto o Brasil são muito ativos.

É curioso — apresento pequenas questões —: o Brasil e a China são países que votam muito frequentemente da mesma maneira nas Nações Unidas. Os votos, sobre os assuntos mais variados, são frequentemente os mesmos e mostram que já existe uma aproximação forte. Eu creio que já existe, obviamente, consciência da importância da China na sociedade brasileira. Ela foi, após a Argentina, o primeiro país que a Presidenta da República do Brasil visitou após sua posse, o que traduz, evidentemente, a consciência de que se trata de um grande país, o que é óbvio, mas, no passado, não foi sempre reconhecido.

Então, aproximarmo-nos da China é nosso interesse nacional, evidentemente, desenhando uma estratégia, que será negociada e poderá ser aceita por ambas as partes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - A Mesa agradece, de forma penhorada, pela abrangente palestra do Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto. S.Exa. trouxe a experiência única de quem viveu e serviu naquele país. Portanto, conhece o *modus vivendi* e a visão de mundo da população chinesa e nos oferece pistas para que possamos estender as relações com a China, além do simples fornecimento de *commodities* e da aquisição de produtos manufaturados.



A Mesa gostaria de registrar a presença do Embaixador da Costa do Marfim, Sr. Sylvestre Aka, e a representação da Guatemala, que por sinal esteve presente em todos os momentos deste seminário.

Gostaria, para nosso regozijo, de registrar a presença do ex-Deputado Constituinte, ex-Diretor-Presidente da Agência Nacional do Petróleo, que foi um dos palestrantes do nosso encontro, o ex-Deputado Haroldo Lima. Esteve conosco, há poucos instantes, um dos melhores quadros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Alfredo Sirkis, do Rio de Janeiro. E está conosco o ex-Senador da República, ex-Governador do Estado do Piauí, ex-Ministro da Educação e atual Deputado Federal Hugo Napoleão, que — soube agora — é filho do primeiro Embaixador do Brasil na China, o Sr. Aluísio Napoleão. É uma curiosidade que nos enche de júbilo. (*Palmas.*)

Uma rapidíssima explicação: a próxima palestrante seria a Sra. Luciana Acioly, mas, em razão da premência de tempo para o palestrante Elias Jabbour, vamos inverter a ordem das palestras.

Ato contínuo, passo a palavra ao Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Especialista em China, o Prof. Elias Jabbour.

O SR. ELIAS KHALIL JABBOUR - Boa tarde. Gostaria de agradecer não somente o convite, como também a iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do IPEA em promover este evento.

Acredito que o momento que o País vive exige debates mais profundos sobre nosso destino, sobre nosso presente, sobre nossa história e, principalmente, sobre nosso futuro. Gostaria de deixar isso registrado, Deputada Perpétua Almeida, tentando trazer aqui uma contribuição para o nosso debate, no caso, falando da China.

Qual é a minha ideia inicial? Tentar deslocar um pouco o debate do eixo puramente político para o eixo da compreensão de dado modelo econômico como suporte para certa política externa, no caso a política externa chinesa. Basicamente, acredito que a compreensão da inserção externa chinesa passa, necessariamente, pela compreensão da forma como atuam, em conjunto, tanto o seu sistema de empresas estatais quanto o seu sistema financeiro.



Tenho muito claro que o núcleo de uma política externa necessariamente passa pelo fortalecimento de bancos e empresas — sem o qual é impossível ter uma política externa consequente —, além de uma fusão entre a estratégia nacional chinesa, uma política monetária expansionista, iniciada em 1978, e a já citada fusão do sistema empresarial com o sistema financeiro.

(Segue-se exibição de imagens.)

A apresentação seguirá o seguinte roteiro: alguns dados sobre a segunda maior economia do mundo, que é a China, e, logo em seguida, a exposição sobre esta crise financeira internacional e os limites do “modelo” chinês. Deixo claro aqui que coloco o “modelo” entre aspas, porque usamos muito esse termo por força de expressão, mas particularmente não acredito nele. Acredito em leis que atuam sobre determinada região ou país. O terceiro ponto é o grande desafio atual, que é um resumo sobre o 12º plano quinquenal chinês, já em andamento. E, por fim, as conclusões.

Partindo para o tema, falaremos sobre a segunda maior economia do mundo. Há alguns dados não são novidade para muita gente. A China cresce, há 30 anos, em uma média de 9,9% ao ano e aumentou, nesse mesmo período, em mais de 20 vezes, a sua renda *per capita*. Isso demanda, basicamente, uma inclusão social imensa, de cerca de 500 a 600 milhões de pessoas no mercado consumidor.

A participação no PIB global passa de 1,9%, em 1980, para quase 10%, em 2010, o que é algo muito impressionante. E o mais impressionante é que essa participação sai de 5% e chega a 9,3% nos últimos 7 anos, o que demonstra que a China aproveitou a crise financeira internacional para alavancar a ocupação de espaços no mundo, basicamente a partir das suas empresas — o núcleo da minha fala.

A participação nas exportações e importações mundiais saltou de 1,4/1,6%, em 1980, para 10,4/9,7%, em 2010, o que demonstra, a meu ver, que a política externa chinesa é baseada no comércio. Acho que todos aqui, embaixadores, professores, etc., sabem que o comércio é uma arma política eficaz que a China utiliza muito bem.



Exemplificando esse argumento, entre 2000 e 2009, os fluxos globais de comércio entre a China e o mundo cresceram 4,6 vezes, enquanto em termos globais esse aumento foi de 1,9 vezes.

Em 2005 — já é outro elemento central —, 20% de suas exportações foram de produtos eletroeletrônicos e, em 2010, saltou para 36%. Aí eu peço que se faça uma reflexão sobre o caso brasileiro, sobre a diminuição ou aumento dos produtos de alta tecnologia e manufaturados na nossa pauta de exportações nos últimos anos. É uma base de comparação com a China.

Atualmente, a China é a maior produtora de automóveis do mundo. E o mais significativo não é ela ser somente a maior exportadora de automóveis do mundo e, sim, ela exportar marcas próprias.

Hoje, quando andamos pelas ruas aqui de Brasília, ou de São Paulo, ou de qualquer cidade do Brasil vemos carros chineses, com nível de qualidade semelhante aos dos coreanos e dos japoneses.

Crise externa e limites de modelo.

A China tem a maior população do mundo e o terceiro maior território. Esse elemento é essencial para a compreensão de como a China está se defendendo da crise externa.

Um dado impressionante: relação dos investimentos PIB da ordem de 47%. Para termos ideia, o Brasil patina entre 16%, 17%, 18% e 19%. Há também alta relação entre as variáveis PIB e comércio externo. Ou seja, a China é um país que até hoje cresce — de certa forma, não absolutizando isso — voltada para o mercado externo, o que não anula o fato de esse crescimento do mercado externo também ter incidência muito grande no mercado interno.

Outro aspecto interessante: a China pratica o mercantilismo moderno. Eu quero colocar um elemento puramente histórico, a China faz comércio há 2.500 anos, a economia de mercado surgiu na China há 3.600 anos, a partir de relação virtuosa entre homem e natureza, gerando excedentes econômicos. Ou seja, eles fazem comércio antes de Jesus Cristo nascer. Isso já está no DNA chinês. Se nós não compreendermos o elemento basicamente histórico, não vamos muito longe. Altas taxas de investimento, câmbio indutor de exportações e um elemento particular: planejamento do comércio exterior. Por exemplo, investimentos externos



diretos, que serão tratados pelo Profa. Luciana, direcionados territorialmente, encetando, com relação ao mundo, transferência de tecnologia.

No caso brasileiro, é uma ilusão — não quero usar um termo forte — acreditar que vamos ter uma grande inserção internacional, que seremos um país desenvolvido e que vai distribuir renda com o dólar valendo 2 reais.

Voltando à questão do câmbio. A taxa de câmbio é utilizada como forma de acumular reservas, e, conseqüentemente, aplicação de uma política de juros atraente ao crédito interno.

A China tem estratégia muito clara de acúmulo de reservas cambiais, o que permite a aplicação de uma política de juros atraente ao crédito interno.

Por exemplo, reservas cambiais que saltaram de 286,4 bilhões, em 2002, para 3 trilhões no mês de março, grande parte utilizada para financiar o déficit americano com a China, o que é altamente interessante para ela.

Nós falamos — às vezes, jogamos esses dados no ar — que a China financia o déficit externo americano, mas existem grandes interesses envolvidos nisso, sobretudo chineses.

Hoje, não é muito diplomático falar, mas 70% do Congresso norte-americano tem interesse na China, o que dificulta muito qualquer política antichinesa por parte dos Estados Unidos. Ou seja, eles utilizam a capacidade de fazer comércio milenar para engolir os americanos comercialmente.

Preocupação recente em executar políticas econômica e monetária que favoreçam o surgimento de empresa globais. Eu pergunto a vocês, coloco à Mesa o debate: quantas empresas globais o Brasil tem?

E o dado mais interessante desta apresentação: a partir da década de 90, os chineses partem para uma política de fusões e aquisições, no âmbito estatal, que levou à formação de 149 conglomerados estatais. Para vocês terem ideia do que é isso, a PETROBRAS é um conglomerado empresarial; a China tem 149 conglomerados. A partir disso, podemos ver a diferença na estratégia de um e de outro país.

Toda vez em que falamos em investimento no Brasil, falamos em PETROBRAS. Quando o Ministro da Fazenda fala em investimento produtivo no Brasil, ele fala da PETROBRAS. Quando a Presidente da República fala disso, fala



em PETROBRAS. A China tem uma gama de opções internas que a diferenciam de nós; são 149 conglomerados empresariais.

Vou falar agora da crise externa e limites do “modelo” — novamente ratificando, entre aspas o “modelo”, como força de expressão. Qual o motor do processo de desenvolvimento da China? Basicamente é o crédito. Exemplo: relação crédito e PIB na China é de 166%. Comparando, o Brasil está em 50,1%. E toda vez que esse fluxo de crédito aumenta, existe pressão por parte de setores da academia e da imprensa em torno do combate à inflação. É uma moda no Brasil. O BNDES intervém com tantos bilhões, e dizem: “*Cuidado com a inflação!*”, etc.

E o que eu quero dizer com isso, de forma muito clara para vocês, até para o debate? O problema, como diz o Embaixador, não é a China. A China é um país que está destruindo nossas empresas e que compete de forma desleal, mas acho que esse não é o problema. E nem é honesto, do ponto de vista intelectual, fazer esse tipo de comparação. A grande questão que tem que ser discutida são as opções que a China fez há 30 anos e as opções que o Brasil fez há 30 anos. Acho que é muito mais honesto olharmos para nós mesmos. Por quê? Porque nós fizemos a opção pelo combate à inflação, pela estabilidade monetária, pelas privatizações, pela abertura de conta de capitais, pela desestatização das nossas empresas, pela destruição de cadeias produtivas inteiras em nome do combate à inflação, enquanto a China fez algo totalmente diferente.

Acho que essa é uma questão que tem que ser debatida, sem um certo medo de se dizer. O momento é de se colocar o dedo na ferida. Vale a pena ser desse jeito.

A outra parte do trabalho aponta que, a partir de 1993, a China formou 4 grandes bancos estatais de desenvolvimento — nós temos o BNDES, que se compara a esses aqui — mais 12 bancos de tipo comercial.

Mas não para por aí a questão. Hoje a China tem mais de 30 cidades, acima de 1 milhão de habitantes, com bancos municipais de desenvolvimento. O metrô de Xangai, por exemplo, é financiado pelo Banco Municipal de Desenvolvimento de Xangai. E qual é a grande questão? Na China há uma coisa chamada “crédito de longo prazo”, o que não existe no Brasil.



Nós discutimos hoje eleições municipais no Brasil e saída para questões urbanas. Fala-se de tudo, menos da formação de bancos municipais. Esta é a solução para as cidades hoje: formação de banco. Sem banco não existe futuro, no que cerne a investimento.

Um mercado de capitais em via de investimento. O interessante é que, hoje, as grandes obras chinesas de infraestrutura são financiadas via mercado de capitais. Por exemplo, a Usina de Três Gargantas foi uma obra de 30 bilhões de dólares, sendo que 70% foram financiados via emissão de *bonds* no mercado de capitais chinês. Forma-se uma corporação, que dispõe de *bonds* no mercado financeiro e financia obra. Isso é o que tem que ser feito no Brasil.

Nós estamos discutindo o trem-bala no Brasil acreditando que esse investimento vai ser financiado pelo Tesouro Nacional — uma forma de financiamento do século XIX — quando muito bem poderíamos formar uma grande empresa estatal para gerenciar essa obra e colocá-la para ser financiada no mercado financeiro.

Um tempo atrás, a PETROBRAS fez isto, o que para mim foi um espetáculo: financiar a partir das Bolsas de Valores de São Paulo e de Nova York, e esse exemplo tem de ser feito em todos os grandes investimentos brasileiros. Essa questão de contar com o Orçamento para fazer tudo e com o dinheiro do Tesouro é o tipo de financiamento do século XIX, não é nem mesmo do século XX.

Como eu defino a China atual? Como uma grande potência financeira. Existem dois processos que se intercalam hoje no mundo. Se não forem compreendidos, não compreenderemos o futuro do mundo. O primeiro é o processo em formação de uma economia continental chinesa, nos mesmos moldes da formação da economia continental norte-americana na segunda metade do século XIX.

Imaginem, quando aqueles mercados do litoral e do interior forem fundidos numa só economia, vamos dizer, simétrica, o impacto que isso terá no mundo. Vai ser um impacto semelhante ao que o mundo teve quando os americanos fundiram sua economia no século XIX, do Atlântico ao Pacífico.



E o segundo ponto do qual falo é a transformação da China em uma potência financeira — e vou além —, capaz de prescrever todos os pressupostos Bretton Woods, a começar pelo FMI e o Banco Mundial, o que não é pouco.

Os limites do modelo são classificados da seguinte forma — isto é uma estilização, porque é uma certa ironia que eu faço, pois todos especialistas em China dizem a mesma coisa, e eu não concordo com grande parte: alta safra de investimento, ou seja, risco de sobrecapacidade. Mas as pessoas não dizem que metade dos investimentos que a China faz é em infraestrutura, e não em novas capacidades produtivas. Usam o exemplo coreano e japonês para classificar a China, o que é um absurdo conceitual e, inclusive, a-histórico.

Baixo nível de consumo em relação ao PIB. Isso é correto. Os países desenvolvidos têm uma relação de 50%; e a China, 36%. Uma dívida pública, que toda hora está na imprensa... A China tem uma grande dívida pública: para o Governo, é de 17% do PIB; para analistas ocidentais, varia de 70% a 130%. O que os analistas ocidentais não dizem é que o Governo chinês deve para si mesmo, porque deve para bancos estatais. Se quebra o banco, quebra o país. Eles “só” têm 5 mil anos de história. Não estão devendo para o FMI.

Alto endividamento em âmbito provincial. Eu já falei sobre isso, sobre o governo dever a si mesmo.

Outro elemento de propaganda que todos abraçam tranquilamente é que o sistema financeiro chinês está falindo e está em *pré-default*. O que é interessante é que aquele sistema financeiro está quebrando, mas todo o mundo quer comprar banco chinês, todo o mundo quer entrar naquele sistema financeiro, o mundo inteiro. Isso não é estranho? Eu queria ter aquele sistema financeiro daquele jeito.

Desigualdades sociais e regionais explosivas. Não concordo com isso. Existe um índice alto de desigualdade, e nego o que eu digo: o Governo chinês assume isso. O que não se pergunta é se o Governo chinês está enfrentando isso ou não. Está enfrentando.

Políticas de juros e insuficiência para conter a inflação. A China não usa somente mecanismos de juros para combater a inflação. Eles contêm a inflação a longo prazo, a partir de uma alta taxa de investimentos — uma outra diferença abissal com relação ao Brasil. Aqui, com qualquer coisa, aumenta-se a taxa de juros.



O grande desafio atual: o 12º Plano Quinquenal. A crise externa possibilita à China uma oportunidade de girar o compasso para dentro, com mercado interno potencial como o maior ativo da economia chinesa. Eles têm 1 bilhão e 300 mil habitantes.

O grande desafio da redução atual das desigualdades via mobilização, ao consumo, da maior taxa populacional do mundo, que é de 45% do PIB. Não confundam o que estou dizendo. Hoje qualquer economista do *mainstream* diz que a China cresce porque acumula poupança — o que é um absurdo, pois poupança não precede investimento —, para dizer que o Brasil não cresce porque não acumulou poupança interna. Não existe essa relação. O que a China tem é crédito.

A base objetiva desses desafios é política, é uma decisão política enfrentar esses desafios. Há a questão do fator financeiro. Ou seja, a China, hoje, tem condições de, com uma decisão política, desviar 600 bilhões de dólares para obras de infraestrutura como forma de alavancar o mercado interno. Isso, no Brasil, daria prisão para o Governo, por causa da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Costumo dizer que se essa lei existisse na China, estariam todos presos. E eles investem 600 bilhões de dólares em uma tacada; aqui, haveria um debate, um isso, um aquilo, a Miriam Leitão ia... (*risos*). Ia ser uma coisa horrorosa.

E há algo que eu chamo de “planificação de nível superior”. Essa planificação é uma comparação que eu faço do atual nível de planejamento da China com o da ex-União Soviética. A diferença entre a China e a União Soviética é que a China hoje tem um patamar de planificação maior, por conta da base financeira que construiu. A União Soviética tinha graves problemas nesse sentido, porque os bancos soviéticos eram bancos de depósitos retirados, enquanto a China tem bancos comerciais muito complexos. Essa capacidade financeira chinesa faz com que ela tenha condição de responder a demandas internas de forma muito rápida. Então, existe um fator financeiro que transforma o planejamento em algo de nível superior, na China.

O desafio é a redução da média de crescimento para 7,5%, o que não é nenhuma desaceleração. A meu ver, o que existe é uma mudança do quantitativo para o qualitativo, em termos de crescimento na China; um acréscimo da participação de 4% no setor de serviços. Refiro-me aos serviços tecnológicos, e não



àqueles, como ocorre no Brasil, que você abre o jornal e vê, aos montes, sendo oferecidos por baixíssima remuneração. Estou falando de serviços tecnológicos, o que é muito diferente. Assistam ao *Bom Dia DF*, de manhã cedo, e os senhores vão ver as propostas de empregos que eles citam e o nível dos empregos que são gerados no País.

Aprofundar as experiências do Sistema de Medicina Cooperativa, que é um sistema novo de socialização da medicina preventiva na China, como forma de mobilização de poupança para fins de consumo. Agora eu toco em outra ferida, que é sensível.

Transição de um tipo de crescimento quantitativo para outro, qualitativo. Há o chamado “Plano Quinquenal Verde”, que é a queda de 17% da intensidade de carvão por unidade do PIB, com investimentos da ordem de 225,5 bilhões de dólares.

Nós ficamos com o ônus do discurso politicamente correto com relação ao meio ambiente, enquanto quem investe em energia limpa é a China. O Brasil tem condição de vencer essa soma em energia limpa? Essa é a diferença entre o discurso moral e o discurso econômico, com relação ao meio ambiente. Para os chineses, a indústria do meio ambiente é uma das fronteiras da terceira Revolução Industrial, e, para isso, demanda-se investimento, porque é cadeia produtiva. Eles vão investir “só” 225,5 bilhões de dólares. É “pouco”, não?

Aumento de 1,8% para 2,2% do PIB, investimentos em C&T, a partir de maior interação entre as empresas e o sistema financeiro. Essa já é outra ferida, porque acreditamos que, no Brasil, ciência e tecnologia significa aumentar bolsa de estudo, reduzir carga fiscal. Falo dos pacotes que surgem de vez em quando, um deles é para ciência e tecnologia. Mas o centro da ciência e tecnologia é a fusão do banco com a empresa, é crédito de longo prazo. Não se investe em ciência e tecnologia, não se aumenta a participação de C&T no PIB nacional sem a participação do sistema financeiro.

Acho que nós temos que parar, Haroldo Lima — e já conversamos sobre isso — com esse discurso módico com relação à ciência e tecnologia. Ciência e tecnologia é dinheiro. Exemplo disso: em meio à crise financeira internacional — peço permissão ao Embaixador para passar essa informação —, os chineses



pediram, para comprar o escritório de P&D da Siemens, 36 bilhões de dólares. Isso é pura ciência e tecnologia. Trinta e seis bilhões de dólares! E nós com a ilusão de que apagar e acender a luz é pura C&T...

O grande desafio é aumentar a complementaridade Oeste e Leste, a partir desse Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste, do qual tratei no meu primeiro livro.

Para informação, eles investiram, em 15 anos, 2 trilhões de dólares em obras públicas na parte pobre do país — 2 trilhões de dólares na parte pobre do país! O que é interessante é que, na China, não existe o fenômeno do “exército industrial de reserva”. Não se vê favela em Pequim, não se vê favela em Xangai, porque o “exército industrial de reserva” está no vilarejo do país. O trabalhador tem a opção de voltar para o campo, porque a terra é dele ou concedida a ele. Então, quando surge uma crise financeira pesada que se abate na cidade, eles voltam para o interior do país.

A dita sobrecapacidade, a ser absorvida gradualmente pela expansão do processo de urbanização. São 10 milhões de chineses por ano que deverão fixar residência em cidades e programas de investimento da ordem de 700 bilhões de dólares em 36 milhões de moradias.

Aumento de 26% nos subsídios rurais, saltando para 300 bilhões de dólares entre 2011 e 2015.

Sistema financeiro voltado para a agricultura. A China, hoje, tem — é um resquício da experiência da época de Mao Tsé-Tung — muita cooperativa de crédito rural e urbano. Os chineses têm hoje 30 mil cooperativas de crédito rural. E, até 2020, eles vão transformar essas 30 mil cooperativas em 15 bancos de desenvolvimento voltados para a agricultura. Aqui, nós temos o Banco do Brasil, não é isso? Lá eles vão ter 15 bancos do Brasil para a agricultura.

Conclusões: o diferencial chinês encontra-se precisamente numa ampla estratégia estatal de longo prazo. O nosso longo prazo é estabilidade monetária, o longo de prazo deles é ser uma potência mundial.

A política externa chinesa é a expressão de um modelo centrado em 149 conglomerados industriais e imensos bancos de desenvolvimento. Aqui deve haver estudantes de Relações Internacionais. A sugestão que eu dou é compreenderem a



política externa chinesa a partir disso, a partir da formação desses 149 conglomerados, os bancos de investimento e a fusão da grande empresa com o grande banco, que é a base para o que eu chamo de “novas e superiores formas de planejamento”.

Eu costumo dizer que o Mao Tsé-Tung cria a grande siderurgia, e o Deng Xiaoping cria o grande sistema financeiro. E a fusão desses dois elementos históricos é a essência do que os chineses chamam de “socialismo de mercado”.

Por fim, a minha última observação é o desenvolvimento contínuo e acelerado. A partir do quê? O que explica o crescimento chinês? A meu ver, é a maximização do Estado, a maximização do planejamento, a maximização da iniciativa privada e a maximização das empresas estatais.

Acabei a minha fala. Quero agradecer a paciência de vocês e agradecer o convite.

Fiquem com a Luciana Acioly agora, porque temos muito que aprender com ela.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - A Mesa também gostaria de agradecer ao Prof. Jabbour, que dissecou os números que compõem a economia chinesa. Ele nos propõe uma reflexão sobre os caminhos trilhados pelo Brasil ao longo das últimas 3 décadas, em paralelo com aqueles adotados pelo Governo chinês.

Nós que convivemos com uma baixa e crônica capacidade de investimento, notadamente no campo estatal, temos muito a aprender com o caminho do meio, que foi adotado pela China nessas últimas três décadas. E falar em adoção do caminho do meio para os chineses não é nada novo. Talvez, esse seja realmente um exemplo a ser seguido.

A nossa próxima expositora é a Profa. Luciana Acioly, Diretora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, uma das idealizadoras deste evento.

S.Sa. dispõe de 20 minutos.

Quero apenas pedir vênias à professora para anunciar a presença na Mesa da Profa. Naiara Clemente, que é assessora da Reitoria da UDF e é uma das relatoras do nosso encontro.



A SRA. LUCIANA ACIOLY DA SILVA - Boa tarde a todas e a todos.

É um grande prazer estar aqui fazendo essa apresentação.

Agradeço à Deputada Perpétua, a toda sua equipe e aos colaboradores do IPEA, que nos ajudaram não só com apoio na realização deste evento, mas também na própria apresentação que vou fazer agora, que é mais um suporte para algumas reflexões.

Em 1978, Stephen Hymer escreveu o livro *Empresas Multinacionais: a Internacionalização do Capital*. Isso foi produzido um pouco antes, desenvolvido em sua tese, mas foi publicado em língua portuguesa em 1978.

A grande questão é que, quando se fala da China, fala-se muito de comércio e tal, mas o comércio é uma das dimensões da ascensão chinesa. Como o próprio Prof. Elias Jabbour mostrou, o crescimento do comércio, de um patamar de quase zero, no início dos anos 80, chegou a até 14%. Os números do COMTRADE mostram que a projeção da China tem também como medida a sua participação no comércio.

No entanto, uma dimensão não digo que não explorada, mas um pouco menos explorada, é a importância das corporações transnacionais no aumento das exportações não só chinesas, mas no mundo.

Nós sabemos que boa parte do comércio, num período recente, tem sido determinada, em grande parte, pelos fluxos intraindustriais, que são fluxos entre filiais de empresas transnacionais no globo. Uma política de atração de investimento direto, por exemplo, define, em certa medida, também a pauta exportadora.

Então, a importância das empresas transnacionais para países em desenvolvimento, principalmente, é inegável. A grande questão é que todo país, quando começa a crescer e a se projetar, tende a ter seus grandes grupos grandes. Suas grandes empresas crescem. Não existe expansão da produção internacional sem a expansão de empresas transnacionais. A expansão da produção internacional é, antes de tudo, produto das decisões das grandes empresas transnacionais.

Essa expansão, como nós sabemos, às vezes, é concentrada geograficamente. Por exemplo, no ano de 2010, das cem maiores empresas transnacionais do mundo, 80% estão apenas em cinco países: Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França e Japão. São essas empresas que acabam



expandindo a produção mundial e, leia-se, o comércio internacional também, seja pela exportação direta, seja pelas exportações entre filiais ou entre a matriz e a filial.

Essa foi uma questão tão importante ocorrida no final da década de 70 — quero chamar a atenção para isso —, que se pensava muito, no pós-50, na expansão americana, onde as manufactureiras americanas se instalaram para reconstruir a Europa e também, depois, o Japão. Isso acabou conformando não só um padrão de comércio, mas também um padrão de consumo chamado “*american way of life*”, que era a reprodução da produção americana nos países europeus e no Japão.

Então, a importância disso também se reflete, e muitos analistas... O países, quando se projetam, também se projetam através de suas grandes empresas; não estamos falando nem sequer de financiamento dos bancos. Isso é tão verdadeiro, que há muita literatura que mostra seus impactos positivos e negativos.

Do ponto de vista dos impactos positivos, o que faz com que os países façam uma política industrial, criem seus grandes grupos, como ocorreu na Coreia, no Japão e outros, para que essas empresas, uma vez fortalecidas, se lancem no mundo... Isso pode significar uma série de controles importantes para a produção do país, para a inserção internacional daquele país.

Por exemplo, controlar preço na boca do caixa é algo importante. Quando se faz investimento, também se controla o preço. Em canais de comércio... A integração dos negócios significa também integração financeira, porque esses investimentos significam remessa de lucros, dividendos.

Isso tudo é uma introdução para mostrar que a ascensão da China não pode ser vista apenas como os números enormes mostrados aqui por Elias Jabbour, incluindo os do comércio. Existe uma dimensão importante, que é a projeção da China por meio das suas grandes empresas no mundo.

Então, começo a mostrar como a China, através do investimento direto, tem aumentado sua presença no mundo de maneira extraordinária, principalmente a partir de 2002.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em relação às exportações, durante as reformas, a política econômica tentou fortalecer os grandes grupos nacionais através de política industrial e tecnológica.



Porém, como todo país que não tem moeda conversível — esse é um dos grandes problemas de país em desenvolvimento —, era preciso trazer os dólares necessários para modernizar a economia e manter o ritmo da modernização.

O que eu quero dizer com isso? Que é necessário trazer as divisas que podem bancar as importações de máquinas e equipamentos para fortalecer as empresas e capacitá-las tecnologicamente.

E isso foi feito, através de uma política — não vou entrar nesse detalhe, pois não há tempo —, a partir de 1978, de atração de investimento direto externo de empresas transnacionais, com três objetivos básicos: em primeiro lugar, trazer os dólares por uma inserção comercial. Ou seja, essas empresas ajudariam o desempenho exportador chinês. Em segundo lugar, essas empresas significariam, através do comércio, entrada de recursos, em divisa estrangeira, em dólar, em moeda corrente. E, em terceiro lugar, modernização da gestão, modernização administrativa. Com esses três objetivos, a China passou a ter uma política de atração de investimento direto pensando em fortalecer a sua competitividade internacional.

Do ponto de vista da modalidade do investimento, foram importantes para a China as *joint ventures*, porque, sem isso, não estaria garantida, em princípio, a transferência de tecnologia ou a internalização desses benefícios trazidos pelas empresas transnacionais.

Isso é algo bem interessante. A literatura mostra que, em momentos de escassez de divisas, as empresas tinham até que mostrar sua planilha para dizer o quanto elas iam produzir e quanto isso significaria em importação. Então, em algum momento, até 1986, as empresas tinham que mostrar essa planilha, porque é como se elas bancassem pelas exportações o que elas iam ganhar, o que elas tinham que importar.

Então, tudo isso é porque todo gasto internacional é feito na moeda de curso internacional. Como a China precisava de reservas internacionais para isso, fez uma política de investimento para alcançar estes dois objetivos: capacitação interna e melhoria do seu desempenho comercial.

O que aconteceu? A China foi um grande absorvedor de investimento direto. No entanto, de 2002 para cá, o que temos visto é que a China passou a se expandir



a partir de uma política chamada Going Global, claramente definida para aumentar a presença chinesa no exterior.

Depois do lançamento desse pacote, os fluxos de investimento direto chineses multiplicaram-se por mais de 60 vezes entre 1990 e 2008. Passaram de 830 milhões para 52,1 bilhões. Esse crescimento foi maior a partir de 2004, depois do lançamento desse programa, chamado Going Global, no qual uma série de incentivos, de pacotes foram feitos para se permitir a saída de investimentos diretos chineses. Assim, em 2008, a China tornou-se o segundo maior investidor entre os países em desenvolvimento, depois de Hong Kong.

Aqui está, só para dar uma olhada, o estoque e o fluxo. A linha vermelha é estoque. Ou seja, quase 300 bilhões em estoque. De fluxo, em 2010, 68. Lembrando que o último número mostra que a China decaiu um pouco, para 64 bilhões, em termos de fluxos. Isso significa que entre 2004 e 2008, antes da crise internacional, a China aumentou a sua participação de 6,1% para 23,7% no total de investimento direto nos países da Ásia. Então o investimento direto chinês, nesse período de 2006 a 2008, expandiu mais de 146%. Com a crise financeira, obviamente, foi reduzida essa taxa de crescimento para 30% e não voltou a se expandir no mesmo ritmo.

Duas coisas — para passar muito rápido —, que caracterizam os investimentos diretos chineses no exterior. Mostra um pouco a sua estratégia, o desenvolvimento industrial e como a política de investimento direto está articulada com a política industrial, está articulada de maneira a permitir o crescimento industrial chinês. Quer dizer, a empresa que se internacionaliza é um mecanismo importante de obtenção daqueles recursos necessários para se manter o ritmo de crescimento chinês. Duas características se sobressaem. Primeiro, a concentração do setor de serviços primários. A segunda característica é a concentração em regiões, como a mudança de recursos naturais ou centros financeiros. É mais importante.

Aqui, olhando a distribuição do estoque setorial de investimento no exterior, em 2004-2010, nós vemos, então, o que eu falei: essa distribuição. O que isso significa? Em grande parte, no caso do setor primário, as atividades que recebem mais investimentos no mundo são aquelas ligadas a atividades mineradoras. No



caso de serviços tem um viés, porque mais de 76% é Hong Kong, que tem a ver com *round tripping* e tem a ver também com a própria constituição de *holdings* em Hong Kong. Então, isso dá um viés... Tirando Hong Kong — vou passar o gráfico rápido —, do total do investimento chinês no mundo, 75% estão na Ásia, sendo que Hong Kong tem 68%. Então tem a ver com esse setor de serviços, que trata tanto do *round tripping*, como de constituição de *holdings* em Hong Kong. Então, tem esse viés.

No caso da América Latina, 12% desse total vão para os paraísos fiscais. Europa, 3,5%; África, 3,3%; Oceania, 2,6%. Então, as características do ponto de vista setorial são muito diferentes das características setoriais dos investimentos recebidos pela China, cuja maior parte se concentra no setor manufatureiro, no caso dos investimentos recebidos. No caso dos investimentos realizados, a maior parte é de serviços, sendo seguidos pelo setor primário, na mineração. Lembrando também que no setor de serviços — eu estava esquecendo — tem compra de bancos. Nas manufaturas, a participação no total das faturas é muito pequena. Chega a ser 7%. É um pouco só. Nessas atividades, há contas de empresas de alta tecnologia e de cadeias de distribuição.

Por causa do tempo, eu não posso entrar em cada um, mas se observa o seguinte: o padrão de distribuição geográfico do investimento direto na China mostra muito bem as suas prioridades no mundo. O investimento direto, por ser um braço da política industrial, assim como do balanço de pagamento — nós veremos depois —, tende a ser distribuído em função das necessidades de crescimento do país. Não é um investimento direto fortuito, foi altamente dirigido pelo Estado chinês, com programas governamentais procurando estimular e dar uma série de incentivos àquelas empresas que fossem ao mundo buscar recursos naturais, minério e petróleo, atividades até de compra de empresas, como a de empresas automobilísticas na Coreia. Enfim, isso foi muito para melhorar a situação de escassez de recursos, que poderia deter o crescimento chinês.

Vejam aqui o que eu já tinha falado: na Ásia, fora a parte de Hong Kong, há outros também nos setores de *commodities* naturais, como óleo de palma, petróleo, gás e *agrobusiness*, particularmente na Tailândia, no Camboja, na Malásia, na Indonésia e nas Filipinas. No sul da Ásia, os investimentos estão mais focados em



atividades tecnológicas, setores petrolífero e eletrônico, sendo este último efetivado na Zona Econômica de Haier.

A América Latina, tirando Hong Kong, concentra 19% do total, sendo que 96% desses foram direcionados para as Ilhas Cayman, Ilhas Britânicas, Bahamas e Barbados. Dos 4% restantes, a maior parte seguiu para Argentina, Venezuela, Brasil, Guiana, México, Cuba e Peru, somando um total de oitocentos e poucos milhões destinados à América Latina, o que é muito pouco em termos de volume.

Isso pode estar subestimado, uma vez que certamente esses investimentos vêm através de paraísos fiscais e há a triangulação, o que mascara as estatísticas.

Nessas regiões, a China não tem apenas desejado o acesso à produção de recursos naturais e energia, mas também trabalha com a possibilidade de adquirir empresas que possam ajudar na montagem de manufaturas, telecomunicações e têxtil.

Rapidinho, pois só tenho 5 minutos, no caso da África, ela já suplantou, em termos de fluxo, o investimento realizado nos Estados Unidos. A África do Sul tem mais de 50% do total da África, e geralmente o interesse está muito voltado para a questão de exploração de petróleo, mineração e infraestrutura.

No caso da Europa, há 4% dos investimentos diretos chineses, sempre lembrando que essas estatísticas escondem o viés da triangulação devido aos paraísos fiscais. A maior parte dos investimentos, no caso da Europa, está concentrada nas manufaturas, tecnologia da informação e comunicação, setor automobilístico e maquinaria.

As aquisições e alianças estratégicas foram as principais formas desses mercados, principalmente no caso dos países da União Europeia. A modalidade do investimento no exterior não necessariamente foi através de novos projetos, mas, em muitos casos, através da troca de titularidade, de fusões e aquisições, o que significa um passo, muitas vezes, importante para se adquirir tecnologia pulando etapas.

No caso dos Estados Unidos — isso é interessante —, muda o perfil do investimento, porque lá a China opera de duas maneiras: tanto por suas empresas privadas que compram empresas americanas menores do ramo de autopeças e impressão quanto por meio de suas grandes empresas estatais, que adquirem



grandes empresas americanas na área de energia, petróleo, tecnologia da informação e etc.

Lembro que, segundo os dados de 2008 da OCDE, que são os únicos que nós temos, de todos os investimentos realizados pelos chineses no mundo 80% é feito por empresas estatais.

Bom, aqui eu já vou me adiantar. Já acabou o meu tempo, mas eu só queria mostrar a concentração. Em 2010, quem é responsável por esse aumento do investimento direto chinês no mundo são as suas empresas transnacionais, sejam elas as estatais, que são as maiores e as mais agressivas, sejam as empresas privadas.

Então, nós vemos que a China, em 2002, não tinha nenhuma empresa; em 2010, das 100 maiores do mundo, que inclui as grandes empresas americanas, europeias e outras, você tem uma empresa, que é a CITIC Group, na lista das 100 maiores do mundo.

Quando olhamos os países em desenvolvimento, vemos que a China tem 10 grandes empresas entre os países em desenvolvimento. É o maior de todos os países do BRICS, tem o maior número de empresas de todos os países do BRICS. Se olharmos aqui, vemos que o Brasil só tem 3, a Rússia 12, a Índia 7 e a África do Sul 9. Isso mostra um pouco que, quanto maior a força de expansão, maior a agressividade das empresas transnacionais, melhor colocado está esse país tanto em comércio, como em acesso à tecnologia, como em inovação, inclusive como alívio para as contas externas, pela entrada de remessas e lucros em momentos de crise.

Bom, aí eu encerro, só para reforçar o meu argumento, só 1 minuto, de que quando um país se expande, se expande através de suas grandes empresas. As grandes empresas, em geral, não surgem do nada; surgem de política industrial, fortalecedora de grandes grupos, de empresas nacionais, que podem trabalhar, inclusive, em *joint ventures* com outras empresas, mas com algum controle doméstico no sentido de casá-la com a política industrial. E isso é uma coisa que se observa que foi uma decisão chinesa tanto no recebimento de investimento quanto na expansão de suas empresas.



E nós fizemos um trabalho, que está num livro distribuído aí, mostrando que outros países — a China, obviamente, é o exemplo maior — que quiseram expandir, alcançar novos mercados e não ficar vulneráveis na cadeia produtiva, fizeram esse movimento de expansão de suas grandes empresas. Obviamente, com dois qualificativos: não o fizeram antes de superar a restrição de balanço de pagamentos. Isso é importante ser dito. Inclusive, o fato de a China ter muitas reservas internacionais facilitou a saída de investimento, até para diminuir a pressão sobre o câmbio. O excesso de reservas e aquela briga para que a China desvalorizasse o seu câmbio, valorizasse o câmbio, e a saída de investimentos diretos de recursos para o exterior diminuiu a pressão sobre o câmbio.

E vários países que fizeram isso sempre olharam para o seu balanço de pagamentos, tanto pelo excesso de divisas, forçando a saída, como pela escassez de divisas, forçando a política de restrição à saída desses investimentos por questões macroeconômicas de fechamento de balanço.

Então, tenho aqui, por fim, para deixar para vocês... Fizemos uma classificação pelo IPEA, uma metodologia que o IPEA adaptou a partir da UNCTAD, num trabalho de 2006, que nós adaptamos no ano passado. Fizemos uma classificação de seis tipos de instrumentos que os países costumam utilizar para internacionalizar as suas empresas, nesse espírito de se projetarem no mundo. Projetar grandes empresas é projetar poder, é projetar negócios, não é simplesmente a ida de uma empresa. Não é à toa que os países fazem política de atração de empresa, tentando conseguir alguns benefícios.

Então, foram seis. E dos países estudados, todos esses instrumentos de internacionalização foram utilizados pela China.

Portanto, termino com a pergunta que o Reimer fez no início do trabalho dele, quando se debruçou sobre as multinacionais, sobre as manufactureiras americanas, anos 60. Ele perguntava: *“Até que ponto pode chegar a tendência de expansão das empresas multinacionais a modelar o mundo segundo a sua imagem? Qual será o verdadeiro mapa-múndi que define o mapa do poder econômico traçado além fronteiras geográficas sobre as soberanias nacionais?”*

Essa é uma pergunta interessante. Estudar a China nos ajuda um pouco a entender isso.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - A Mesa agradece não só pela brilhante explanação, Profa. Luciana Acioly, mas também por todo o esforço dispendido, juntamente com a Direção da Comissão de Relações Exteriores, para o sucesso deste nosso evento.

Em função do adiantado da hora, passarei imediatamente para a palestra do próximo expositor, Prof. Luís Paulino, da Universidade Estadual de São Paulo, membro do Instituto Confúcio.

S.Sa. dispõe de até 25 minutos.

O SR. LUÍS ANTONIO PAULINO - Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar todos os participantes deste encontro e de agradecer pelo convite aos organizadores do evento, à Deputada Perpétua Almeida e à Luciana.

Eu começaria minha breve exposição pelo ponto em que o Embaixador Ouro Preto concluiu, ou destacou, que é relativamente pouco o conhecimento que nós temos da China, não só da China como um todo, mas também da sua história, do seu papel no mundo, dos desafios que ela enfrenta hoje no mundo.

Falo isso porque estou aqui representando uma instituição, que é o Instituto Confúcio, na UNESP, cujo principal objetivo é exatamente a divulgação da língua e da cultura, da história, enfim, do conhecimento sobre a China no Brasil.

Para quem não sabe do que se trata o Instituto Confúcio, o Instituto Confúcio, mal comparando, seria o equivalente à Aliança Francesa, no caso da França, por exemplo, ou à Cultura Inglesa, no caso da Inglaterra. O Instituto Confúcio tem esse propósito de divulgação, de ensino da língua e da cultura chinesa no mundo. Só que, diferentemente do modelo adotado por esses outros a que me referi, o modelo do Instituto Confúcio sempre é baseado em duas universidades. É sempre uma universidade chinesa, que é a universidade parceira e quem envia os professores, e uma universidade brasileira ou local, que acolhe o projeto e cuida da gestão, do gerenciamento desse projeto.

Existe hoje no mundo aproximadamente 400 institutos em pouco mais de 100 países. Na América Latina, hoje, existem Institutos Confúcio no México, na Jamaica, na Costa Rica, em Cuba, na Colômbia, no Peru, no Chile, no Equador, na Argentina e no Brasil. São cerca de 28 Institutos Confúcio hoje funcionando em toda a América



Latina, sendo que no Brasil há 3 institutos em funcionamento: o Instituto Confúcio na UNESP, que é a Universidade Estadual Paulista, onde eu leciono; o Instituto Confúcio aqui na UnB, em Brasília; e o Instituto Confúcio na PUC do Rio de Janeiro. Agora foram recém-inaugurados um Instituto Confúcio na FAAP, em São Paulo, e um na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também alguns outros já estão em processo de implantação.

No caso do Instituto Confúcio na UNESP, a nossa universidade parceira é a Universidade de Hubei, que fica na cidade de Wuhan, no centro da China, próximo a Três Gargantas. Nós temos atualmente 21 professores chineses, a maioria vinda da Universidade de Hubei.

Nós temos atualmente 1.300 alunos estudando língua chinesa, distribuídos em 14 cidades, porque a UNESP é uma universidade *multicampi*. Hoje nós temos salas do Instituto em Marília, Assis, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Jaboticabal, Araraquara, Botucatu, Franca, São José dos Campos, Jacareí, Santos, São Paulo, Guaratinguetá e Barueri. Isso em São Paulo.

Acabamos agora de assinar um convênio com a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo. A Secretaria mantém 105 centros de língua, onde, além do currículo básico do ensino de língua, que no caso é o inglês, também é facultado aos alunos o aprendizado de outras línguas: italiano, espanhol, japonês, alemão. E, agora, foi introduzido o ensino da língua chinesa.

Nós iniciamos o primeiro módulo em quatro centros de língua no Estado de São Paulo: na Capital de São Paulo, em São José dos Campos, em Araraquara e em Franca. Já estamos com aproximadamente 200 alunos do ensino secundário. Mantemos um professor e oferecemos todo o material didático, livro de aluno, livro de exercícios, CDs, enfim, todo o material necessário ao aprendizado da língua chinesa.

Também acabamos de assinar um acordo com a Secretaria Municipal de Segurança, em São Paulo, para preparar um grupo de 80 guardas municipais, agora, no ensino da língua chinesa, dada a preocupação da cidade de São Paulo de preparar os seus servidores na questão da língua, particularmente para esses grandes eventos da Copa e Olimpíadas.



Ao longo desses 4 anos de funcionamento — o Instituto Confúcio, na UNESP, foi criado no final de 2008, mas começamos a funcionar em 2009 —, além de oferecer o curso de língua chinesa para os estudantes aqui, através desses professores vindos da Universidade de Hubei, nós também enviamos alunos para a China com bolsas de estudos fornecidas pelo governo chinês.

Então, nesses 4 anos já enviamos mais de 150 alunos para estudar na China, com bolsas de estudo de 1 mês — são os cursos de verão —, de 6 meses, de 1 ano e de 2 anos. Acabamos de enviar agora, há 1 semana, 37 alunos. Uma parte vai ficar 1 ano e outra parte vai ficar 2 anos na China, estudando a língua chinesa.

Temos também, associado ao nosso projeto, um plano editorial de tradução e publicação de clássicos da língua chinesa em português. Acabamos de publicar, no ano passado, uma coletânea de poesias da Dinastia Tang, traduzida por um diplomata que, inclusive, trabalhou por muitos anos com o Embaixador Ouro Preto em Pequim, que é o Ricardo Portugal. Vamos, inclusive, publicar uma outra coletânea de poesias dessa mesma Dinastia Tang agora este ano. E também publicamos uma versão inédita, em português, de *Os Analectos*, de Confúcio. Todas as traduções que tínhamos aqui eram do inglês ou do francês. Na verdade, havia uma tradução feita pelos padres, em Macau, mas estava disponível no mercado brasileiro. Então, acabamos de lançar na última bienal.

Também temos feito o contrário, temos publicado, traduzido para a língua chinesa livros de autores brasileiros. Na verdade, estamos iniciando. Publicamos recentemente, num acordo com a Academia Chinesa de Ciências Sociais, por sugestão e interesse dela própria, o livro *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*, do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Concluímos ainda a tradução do livro *Formação do Império Americano*, do historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, que também vamos publicar com a Universidade Renmimbi, na China. Enfim, nosso trabalho é estimular o intercâmbio cultural principalmente entre Brasil e China.

É óbvio que nós temos um objetivo estratégico importante: a formação da futura geração de pesquisadores que falem a língua chinesa. Infelizmente, o que ocorre é que, pela dificuldade de conhecimento da língua chinesa por parte da nossa inteligência, dos nossos pesquisadores, acabamos estudando, analisando o que se passa na China através de publicações feitas por estudiosos americanos, franceses.



Sentimos que é fundamental podermos criar uma futura geração de pesquisadores capazes de pesquisar, de desenvolver trabalhos a partir da leitura e do conhecimento das obras originais chinesas. Evidentemente, se pretendemos estimular as relações de intercâmbio cultural, acadêmico, científico entre os dois países, é evidente que o conhecimento da língua é uma questão básica. Ninguém imagina fazer mestrado, doutorado nos Estados Unidos sem falar inglês. Da mesma forma, ninguém vai para a França estudar sem falar francês.

É evidente que, se nós queremos aprofundar as relações bilaterais no plano acadêmico, temos que necessariamente formar um grupo de pesquisadores, de estudantes que possam dominar a língua chinesa. É evidente que esse é um investimento de longo prazo, não é uma coisa que se desenvolva de um dia para o outro. Nosso horizonte para este projeto é de 10, 20, 30 anos.

Não achamos ter resultados imediatos, em que pese já termos um grande número de alunos que iniciaram conosco os estudos há 4 anos e que, de alguma maneira, já têm um domínio básico da língua chinesa e têm sido bastante assediados por empresas chinesas que estão se instalando aqui no Brasil que procuram técnicos brasileiros que conheçam a língua chinesa, assim como também por empresas brasileiras que procuram funcionários brasileiros que conheçam a língua chinesa. Nesse sentido, quase sempre, recebemos telefonemas de empresas pedindo que nos enviem currículos de alunos e assim por diante.

Então, pensamos que esse é um trabalho que fazemos dentro daquilo que, do ponto de vista das relações diplomáticas e do que orienta, de certa forma, a política externa chinesa, poderíamos chamar de política de benefícios mútuos. Porque é evidente que é do interesse da China a divulgação da sua cultura, da sua história, da sua língua ao mundo e é do nosso interesse formar uma futura elite brasileira não só na diplomacia, mas também no campo empresarial, no campo acadêmico e em diversas áreas que também dominem a língua chinesa.

Então, nesse projeto, por exemplo, nós acabamos de inaugurar uma nova sede do instituto. Investimos quase 1 milhão de dólares na reforma do prédio. É um investimento que foi feito de nossa parte, da universidade, dentro dessa perspectiva de benefício mútuo. Quer dizer, nós temos consciência do interesse da China na divulgação da sua cultura, da sua língua, mas também temos consciência de que,



para o Brasil, é importante a gente formar uma nova geração de pesquisadores, de políticos, de diplomatas e de empresários que dominem a língua chinesa, porque, afinal de contas, é a base principal do relacionamento mútuo entre os países.

Bem, eu teria aqui muitas coisas a falar, mas, infelizmente, o tempo é escasso e não me permite entrar propriamente naquilo que forçaria, talvez, o tema do debate, que seriam os desafios chineses. Eu penso que esta forma de colocar a questão, *Ascensão da China: Desafios para o Brasil*, até nos trai um pouco, porque o termo desafio sempre tem correlação defensiva.

Na verdade, eu penso que nós deveríamos ver essa coisa não só como um desafio, mas como uma grande oportunidade, porque é evidente que, como já dito aqui por todos que me antecederam, a China é um mercado enorme. Quer dizer, não fosse esta necessidade da China de importação, de *commodities*, minerais, agrícolas, certamente o crescimento brasileiro não estaria nos níveis em que estão.

É evidente que a China nos traz desafios. E, particularmente como foi observado, parcela importante da nossa indústria se vê desafiada pela concorrência chinesa em algumas áreas em que tradicionalmente é competitiva. Mas, por outro lado, nós temos que ver que a China representa uma grande oportunidade, principalmente neste momento em que as economias americana e europeia se encontram praticamente estagnadas. A China e, de forma geral, os países emergentes que chamamos de BRICS representam uma frente de expansão importante.

Penso que, dentro dessa ideia de benefícios mútuos, seria importante procurar estabelecer políticas com o objetivo de fazer frente a esses desafios e também de aproveitar as oportunidades que se abrem. Brasil e China são dois grandes países em desenvolvimento, têm grandes interesses comuns. Portanto, eu creio que há um aspecto importante: grande parte dos problemas, das dificuldades que nós possamos ter pode ser resolvida pela via do entendimento político. Essa é uma questão importante.

É evidente que, se nós deixarmos tudo ao sabor das forças de mercado, os resultados podem ser benéficos para alguns setores e prejudiciais para outros, como já mencionado aqui.



Eu faço parte do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP, e foi o que foi dito aqui: infelizmente, quando reunimos os empresários, parte deles está muito satisfeita com os resultados de suas exportações para a China e outra parte, naturalmente, reclama da concorrência chinesa em áreas que a indústria local não é tão competitiva.

Mas eu penso que o fato de Brasil e China serem dois países em desenvolvimento que estabeleceram essa visão de aliança estratégica abre um canal político importante de relacionamento, através do qual se podem estabelecer estratégias comuns de desenvolvimento. Eu acho que essa é uma coisa que precisa ser mais bem explorada de lado a lado. Eu acho que, tanto da parte do Governo é necessário traçar uma estratégia mais clara de relacionamento com a China quanto da parte do setor empresarial perceber que esse relacionamento especial existente entre Brasil e China pode ser um importante canal para ajudar a alavancar os negócios privados de ambos os lados, sempre com base nessa concepção do benefício mútuo.

Eu acho que era isso que eu queria colocar no tempo disponível.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Gadelha) - Gostaria de agradecer ao Prof. Paulino. Professor, estou seguro de que, para muitos jovens que acompanharam o painel desta tarde, tomar ciência das ações, das atividades do Instituto Confúcio no Brasil abre uma série de novas perspectivas. Muito embora haja a convicção de que o inglês continuará sendo por algum tempo a língua franca no mundo, é também certo de que será cada vez mais importante conhecer os costumes e a língua chinesa para que o País possa se desenvolver e se inserir neste novo contexto internacional.

Eu quero, por determinação da Presidenta, Deputada Perpétua Almeida, abrir a palavra à plateia para fazer questionamentos a algum expositor, se for do interesse. (*Pausa.*)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, eu vou passar o microfone para a Presidenta Perpétua Almeida. Antes, porém, de forma muito sucinta, quero dizer do orgulho que nós, membros do colegiado — e creio poder falar em nome dos outros Deputados Federais —, temos em relação ao sucesso do



evento promovido por V.Exa. Aliás, isto não é missa de corpo presente, mas é necessário que nós façamos o reconhecimento público da maneira com que tem conduzido a Comissão de Relações Exteriores. Eu tenho defendido sempre que a Comissão tenha caráter mais proativo, e V.Exa. tem dado esse tom.

É necessário que nós estendamos os agradecimentos ao IPEA, na pessoa da Profa. Luciana Acioly. Repito: ambas foram as idealizadoras e realizadoras do nosso encontro. É claro que o agradecimento é estendido a todos, porque um evento desta magnitude nunca é produzido por duas, por quatro mãos. Há uma série de colaboradores que tornou possível este encontro. Mas, de forma muito sucinta, os agradecimentos vão para a Presidenta do nosso colegiado, Deputada Perpétua Almeida, e para a Diretora do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Profa. Luciana Acioly.

Passo, então, uma vez mais, a palavra à Presidenta Perpétua Almeida, para que finalize nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Eu quero agradecer primeiro ao Deputado Leonardo Gadelha. Neste período, a maioria dos Parlamentares já está de retorno, porque a Casa retorna do seu quase recesso branco, por conta das eleições municipais.

Eu quero fazer um agradecimento especial a cada um dos senhores que estão à mesa. Eu sei que alguns vêm de fora, de outros Estados. Nós fizemos um esforço enorme para ter a Mesa mais qualificada possível, para poder ajudar os estudantes, o corpo diplomático, as embaixadas, as instituições aqui presentes, até aqueles que estão acessando as palestras pelo *site* da Comissão.

Aliás, quero comunicar que, a partir de amanhã, os vídeos com todas as palestras dos dois dias do seminário estarão disponíveis no *site* da Comissão. Quem acessá-lo terá oportunidade de ter todo o conteúdo daquilo que aqui foi discutido.

Eu não tenho dúvida de que ainda há muitos estudiosos muito bons que nós não conseguimos trazer, tão bons como os que participam das Mesas de hoje e de ontem.

O dia de ontem impressionou a todos, porque fizemos uma abertura com a presença de mais de 600 pessoas, em tempos de Casa quase sem funcionar, porque, como já expliquei aos senhores, estamos em recesso.



Então, eu quero agradecer muito a parceria ao IPEA, que também será nosso parceiro no seminário que realizaremos em novembro sobre defesa nacional. Um país que se propõe forte e soberano precisa ter uma defesa também forte. Apesar de defendermos a paz, nós não podemos ser indefesos. Esse será nosso debate em novembro. Faremos também parceria com o IPEA.

Outro debate, cujo nome ainda estamos estudando se seminário ou *workshop*, que poderá ocorrer no final de fevereiro do próximo ano, antes da eleição para a Presidência da Comissão, será para debater comércio exterior. Também faremos parcerias com as embaixadas.

Quero agradecer a contribuição e a colaboração à CNI, que também nos ajudou a organizar e a financiar este evento.

Quero agradecer ao Exército Brasileiro.

Quero agradecer a parceria que fizemos com as universidades de Brasília: UDF, UNIP, UNICEUB e UCB.

Já deixo aberta a parceria para nossos próximos seminários. Eu sei que os seminários sobre defesa nacional e comércio exterior são também de interesse dos senhores.

Quero agradecer ainda aos órgãos da Câmara — Coordenação de Relações Públicas, Coordenação de Transportes, Centro de Informática, Secretaria de Comunicação Social — que não mediram esforços para nos ajudar a organizar este evento. Havia hora em que eu tinha que colocar pilha na Comissão. Mas é necessário para que a gente tenha grande sucesso.

A Casa tem interesse em realizar seus eventos em consonância com os interesses do povo brasileiro, em consonância com os interesses da nossa sociedade. Por isso a nossa preocupação em fazer um evento em que possamos ter parceiros dos quatro cantos da sociedade.

A política externa brasileira não pode ser de interesse apenas daqueles que estão fazendo as negociações da política ou que estão sediados no Ministério das Relações Exteriores, no Itamaraty. Ela é de interesse de toda a sociedade brasileira. Por isso escolhemos o máximo possível de temas de interesse da sociedade.

Na retomada dos trabalhos da Casa depois das eleições, nós faremos uma bateria de audiências públicas, pelo menos um dia inteiro, para debater e aprofundar



o conhecimento sobre os acontecimentos no mundo árabe, quais as implicações dessa situação para o Brasil. Convidaremos especialistas também.

Quero pedir que venha para o meu lado o corpo técnico da Comissão de Relações Exteriores. Eu não conseguiria fazer absolutamente nada sem o esforço, sem a ajuda dos funcionários. É claro que não estão todos aqui, há um grupo na Comissão. Quero chamar Edilson, Bete, Guto, Paulo, Júnior, Rafael, Vanessa, Yone, Sílvia, Paulo César, Roberto, Renata, Lorena e Silnara, nossa buchudinha, que já, já pode ganhar bebê. (*Palmas.*) Venham para cá. Vocês vão aparecer na foto. Venham para cá para a gente fazer a foto depois. (*Palmas.*)

Quero agradecer muito a esses servidores da Casa. Às vezes, as pessoas dizem que político e funcionário público não trabalham. A gente trabalha muito, não é Leonardo? E esses servidores deram demonstração de dedicação. Entregaram-se. Saíam tarde da noite da Casa, para poder organizar nosso seminário. E a maioria das Comissões estava em recesso, mas a nossa estava trabalhando para fazer um grande evento do jeito que os senhores merecem.

Mais uma vez, uma salva de palmas para nossos funcionários que organizaram nosso evento. (*Palmas.*)

Quero comunicar aos senhores que o pessoal da Gráfica da Câmara está me pedindo desculpas. Por problema técnico, parece-me que com uma máquina, os certificados só ficaram prontos até a letra “j”. A partir de amanhã, os demais estarão disponíveis. Liguem e combinem, com a Comissão também, se mandamos deixar em casa ou se vêm buscar.

Mais uma vez, quero agradecer a presença a todos que estão aqui na mesa e àqueles que resistiram até este horário.

A Comissão de Relações Exteriores continuará em esforço concentrado para fazer um trabalho voltado para os interesses do povo brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)